

SESSÕES DO PLENÁRIO

99ª Sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de outubro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Neusa Cadore, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó (53)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 96ª, 97ª e 98ª, realizadas, respectivamente em 23, 24 e 25 de outubro de 2023; e das sessões especiais: 49ª e 50ª, realizadas, respectivamente, em 20 e 23 de outubro de 2023.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, pela ordem de inscrições, à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio) Não se encontra. Eu convido o nobre deputado Paulo Rangel para utilizar o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. PAULO RANGEL: Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna hoje, primeiro, para colocar uma indicação que eu fiz ao governo do estado, e para pedir também a esta Casa, já que os parlamentares não têm recebido... Os deputados, até porque conhecem o Regimento da Casa e sabem que não podem propor projetos que gerem despesa, preferem fazer indicações, mas nunca recebem nenhuma resposta a essas indicações.

Eu fiz uma indicação ao governo do estado relativa ao que já está acontecendo no estado de Pernambuco e no estado da Paraíba, onde se aprovou uma espécie de bolsa voltada para o atendimento às famílias mais pobres naquilo que diz respeito ao Minha Casa, Minha Vida. Em Pernambuco, o governo entra com a ajuda de R\$ 20 mil por mês. E eu fiz essa indicação ao governo, como já fiz várias indicações, e vários deputados desta Casa devem ter feito, e nós não recebemos... Eu não sei como é que a Casa encaminha essas indicações? E gostaria até de saber como é que isso tramita, porque nos outros estados também tem sido produto de indicações de parlamentares. Então, esse era um ponto que eu queria abordar.

Quero também abordar aqui, Sr. Presidente, que eu estou voltando, deputado Bobô, a apresentar um projeto que eu já apresentei, foi tirado de pauta, não foi votado – e hoje é até uma realidade em algumas empresas prestadoras de serviços públicos, o que nós conseguimos depois de muita luta –, para que as empresas públicas da Bahia, as estatais e as autarquias, tenham um representante dos trabalhadores dessas empresas, eleitos pelos próprios trabalhadores, nos conselhos dessas empresas.

Eu acho que isso é uma forma de democratizar as empresas, de tornar as empresas mais transparentes, até porque nós sabemos que existe, deputado Zé Raimundo, um determinado entrosamento entre esses líderes que são escolhidos e o movimento sindical. E eu conto com os meus pares para que nós, aqui, na Bahia, possamos também aprovar projetos que digam respeito a modificações na estrutura do estado.

Isso, deputado Zé Raimundo, já existe no governo federal, e, diga-se de passagem, não houve alteração, inclusive no governo que eu prefiro não citar, que passou, mas continua vigente. E lembro que nós aprovamos isso quando a Coelba...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ainda era empresa estatal. E isso continua valendo na Light, do Rio de Janeiro, na Celpe, em Pernambuco, e em outras empresas.

Então, eu queria fazer esse registro.

Para finalizar, dizer que hoje é um dia importante, um dia de votação nesta Casa, quando votaremos um projeto que diz respeito ao combate à fome, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à pobreza, um projeto muito importante, e eu espero contar com a parceria de todos os deputados que se encontram presentes no dia de hoje nesta Casa parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Paulo Rangel. E fica o registro para o líder do Governo, Rosenberg Pinto, para o secretário de Assuntos Institucionais e também para o chefe do gabinete do governador do apelo do

nosso deputado para que as indicações sejam respondidas, sejam fundamentadas. E também essa ideia do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, aqui, a ordem de inscritos, eu convido o deputado Bobô, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, deputadas, deputados presentes.

Presidente, eu quero fazer o registro da importância de algumas conferências que acontecerão neste final de semana em cidades que eu considero estratégicas para nós, ali do Território do Piemonte Norte do Itapicuru e também do Sisal.

Neste final de semana, mais precisamente, sexta, sábado e domingo, nós faremos as nossas conferências do PCdoB, quando vamos eleger as novas diretorias e também lançar candidaturas ou pré-candidaturas a vereadores e a prefeitos. E fica esse registro, presidente, para que as pessoas das cidades, as quais eu vou citar, possam comparecer, participar; não só quem compõe os partidos políticos ou o meu partido, mas, principalmente, a população em si, que será muito bem recebida.

E nós vamos começar esse tour, podemos dizer assim, no final de semana, pela cidade de Itiúba, às 9 horas de sexta-feira, onde nós faremos a nossa conferência municipal. Às 16 horas, faremos a nossa conferência na cidade de Ponto Novo. Isso na sexta-feira. No sábado, teremos outras duas conferências municipais do PCdoB, na cidade de Andorinha, pela manhã, às 9 horas. E às 16 para as 17 horas, nós faremos na cidade de Cansanção a conferência do PCdoB. E fechando o final de semana, na minha querida cidade de Senhor do Bonfim, no domingo, às 9 horas, nós faremos também a conferência municipal do partido.

Então, eu faço esse pronunciamento, não só pela importância dessas conferências, mas para que a gente sacramente, feche esse processo no interior e venha para a capital. Nos dias 14 e 15 do mês de novembro faremos a Conferência Estadual do PCdoB aqui, em Salvador.

Então, quero aqui aproveitar e convidar a população dessas cinco cidades, repito: Itiúba, Ponto Novo, Andorinha, Cansanção e Senhor do Bonfim, para que participem das conferências municipais do PCdoB, os partidos parceiros também, os partidos que compõem a federação, e, óbvio, em especial, toda a população que se interessa por política séria, debates sérios e a construção de propostas para os municípios citados.

Eu também faço, aqui, uma consideração muito especial ao projeto que votaremos no dia de hoje. Eu acho que todo projeto que trata de diminuir, minorar o sofrimento da população, tenho a certeza absoluta de que será muito bem-vindo e todos os deputados desta Casa votarão. E ainda mais quando se fala de um projeto que vai, justamente, de encontro a tudo que nós sentimos repulsa. Quando você tem uma sociedade que você diz que tem que ser tratada de forma igual e boa parte dessa sociedade passa fome, não tem nem sequer o que comer, é muito pior ainda.

Então, nós vamos votar um projeto muito importante hoje, o Bahia Sem Fome, por conta até do simbolismo que isso representa. Eu acho que todos nós juntos, defendendo algo semelhante na participação até do nosso cotidiano, do nosso dia a dia, que a gente já faz isso, mesmo sem um programa de governo... Tendo um programa de

governo, é muito mais fácil ainda para a gente minorar esse sofrimento de boa parte dos baianos e baianas em todo canto da Bahia.

Então, hoje é um desses dias em que a gente se orgulha de votar projetos importantes, significativos como esse, que vai, sem dúvida alguma, melhorar muito a vida das pessoas que passam por muitas necessidades e privações,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) principalmente no que se refere a ter um prato de comida em sua mesa.

Hoje é um dia para a gente comemorar, presidente, e esta Casa tem essa responsabilidade, tem de assumir essa responsabilidade, apoiar esse projeto e apoiar, principalmente, o povo baiano que passa por essas privações.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Bobô.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo os inscritos, eu convido o deputado Eures Ribeiro. (Silêncio) Não se encontra. O deputado Marquinho Viana...

Parlamentar não identificado: Ele está aqui, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eures Ribeiro! Oh, meu amigo, desculpe-me. Esse visual renovado!

Com a palavra, então, nosso querido Eures Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, distinta Mesa Diretora, hoje, pela manhã, aqui, nesta Casa, na reunião conjunta da Comissão de Agricultura e da Comissão de Infraestrutura, nós pudemos discutir um assunto que incomoda a Bahia. Na verdade, três assuntos que eu julgo como sendo os nós que impedem o desenvolvimento e o progresso do estado da Bahia, e que é uma pauta que vai muito além das bancadas da Situação e da Oposição, é um assunto que interessa a todos nós, porque são os três nós que incomodam a Bahia.

O primeiro deles é a famosa Coelba, campeã de reclamações na Bahia. É a empresa que mais tem denúncias no Procon e ações judiciais movidas contra essa empresa. Uma empresa que, infelizmente, irresponsavelmente, vem prestando um péssimo serviço à população baiana e é por isso que ela ganha o prêmio de primeiro lugar. É a primeira colocada em reclamações, sendo um dos maiores nós que impedem o desenvolvimento da Bahia. Fazer uma ligação de água é quase impossível porque a Coelba não bota energia para os pequenos produtores, principalmente da agricultura familiar.

Nas áreas de APP, nas cidades, nas periferias, nas áreas urbanas, se um pobre tem a sua luz cortada, para religar não pode, e se construir do lado um outro cômodo, também não liga porque precisa de licença ambiental. Imaginem os senhores, numa área já consolidada, principalmente nas periferias das cidades ribeirinhas do Rio São Francisco, do litoral. É na Bahia inteira a mesma reclamação contra a Coelba, e ela ganha o primeiro lugar como a vilã dos baianos e das baianas.

Em segundo lugar, o segundo gargalo deste estado é o serviço de telecomunicação na Bahia. Falar por celular na Bahia é um Deus nos acuda. Tem uma Vivo que parece morta, uma TIM que não funciona.

E falar pelo serviço de celular na Bahia dá trabalho, há dificuldade, é a reclamação do povo pela Bahia afora, dos baianos e das baianas. E todas as operadoras, todas as operadoras, irresponsavelmente, vêm prestando um serviço péssimo, precário nas telecomunicações deste estado da Bahia. Para falar ao celular no domingo, então... E se tiver uma atividade extra na cidade aí é que não fala de jeito nenhum!

E a última, a Viabahia. Da Viabahia todos nós reclamamos, tanto os deputados da Situação como os deputados da Oposição. Uma empresa que tem uma concessão e que presta um péssimo serviço no atendimento aos usuários, que também é campeã de reclamações no estado.

E nós, deputados e deputadas desta egrégia Casa Legislativa, não podemos deixar que esses três nós continuem a atrapalhar o desenvolvimento da Bahia. Não importa se é da Oposição, não importa se é da Situação, o que importa é que esses três nós têm preocupado a população da Bahia, aos baianos, desde o litoral ao interior, do Recôncavo ao meu Oeste da Bahia.

Campeã, Coelba. A Coelba tem que tomar responsabilidade. É uma empresa que tem uma concessão pública dada pela União e que está prestes – no ano que vem, se eu não me engano – a ter sua renovação feita novamente pelos órgãos de controle, mesmo prestando um serviço precário...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) à população da Bahia.

Deixo aqui o meu apelo, para que todos nós, deputados e deputadas, independentemente da coloração partidária, independentemente do partido, lutemos por uma prestação eficiente da Coelba, também das companhias telefônicas no estado e da Viabahia.

Viva a Bahia, viva os baianos, sem esses nós que atrapalham...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o nosso povo e a nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Eures Ribeiro.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos. (Silêncio) Não se encontra.

O Sr. Robinson Almeida (fora do microfone): Sou eu, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na sequência aqui, Robinson, é Raimundinho da JR.

Raimundinho da JR, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Robinson Almeida (fora do microfone): Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não está.

Agora, sim, Robinson. Ele já tinha visto que Raimundinho não estava. Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu quero hoje, aqui, parabenizar o governador Jerônimo Rodrigues, que no último domingo fez a entrega da obra de uma encosta muito importante para preservar

a vida das pessoas que moram na comunidade do bairro do Alto do Peru, especificamente na rua do Alto do Pará.

Essa encosta tem uma cobertura extensa, num investimento de R\$ 10 milhões. E o governador deu, inclusive, uma ordem de serviço para ampliar o trabalho de contenção de encostas, iniciado por Wagner, mas que ganhou intensidade, uma velocidade com Rui Costa, e que é o maior plano de preservação de encostas da história de Salvador e da história da Bahia. Milhares de vidas, certamente, foram preservadas devido a esse projeto que, acima de tudo, trouxe tranquilidade para as famílias que moram na parte de cima ou na parte de baixo desses acidentes geográficos, porque passam a dormir com tranquilidade, especialmente em dias de chuva, porque sabem que estão protegidos.

Agora, o que me entristece é ver que nessas encostas recém-inauguradas o mato toma conta, não há nenhuma manutenção da Prefeitura de Salvador. E esses pontos onde nasce essa vegetação são pontos de infiltração, deputado Bobô, que comprometem a estrutura que ali foi feita. E isso tem sido a regra: em todas as obras de infraestrutura do governo do estado em Salvador a prefeitura simplesmente não dá manutenção. Quem passar pela Avenida 29 de Março, vai encontrar o matagal lá nas alturas; a mesma coisa vale para a Avenida Gal Costa.

Então, eu creio que essa política de mesquinharia, de não cuidar dos equipamentos da cidade porque o governo do estado fez... Mas a obra é para quem mora em Salvador, não tem dono! A prefeitura deveria preservar sem distinção todos os espaços públicos da cidade.

Da mesma forma, Sr. Presidente, no domingo aconteceu uma feira de saúde no Largo do Tanque, onde eu estive presente logo cedo, e milhares de pessoas estavam lá. Os serviços prestados pela feira de saúde são serviços de diversas especialidades como: oftalmologia, odontologia, ultrassonografia, eletrocardiograma, preventivo, nutrição, laboratório, radiografia, mamografia, além dos serviços de cidadania dos documentos e registro civil.

E, por que é que milhares de pessoas, num domingo de manhã, muitos deles chegando até de madrugada, estavam no Largo do Tanque? Porque não têm atenção primária, atenção básica de saúde em Salvador. As pessoas aproveitam a oferta desses serviços nas feiras porque nos seus bairros não tem postos de saúde.

Menos de 60% da população de Salvador tem atenção primária. Significa que mais de 1 milhão de pessoas não tem um médico, não tem um enfermeiro, não tem um agente comunitário, não tem um dentista. A última Unidade Básica de Saúde construída em Salvador foi em 2014.

Então, a prefeitura não faz o dever de casa, deixa represados esses exames. A população não tem dinheiro para fazer como particular e quando tem a feira milhares de pessoas vão atrás desse serviço. A procura foi tanta que o governador autorizou que fosse prorrogada por mais 1 dia a feira, porque a população carente, conversando, pediu ao governador que, pelo amor de Deus, ampliasse aqueles serviços, porque a prefeitura não coloca os postos de saúde para funcionar, não constrói a Unidade de Saúde da Família, não aumenta a cobertura à atenção básica.

Então, nós, que já ouvimos aqui, por várias vezes, o povo de Salvador falar que o maior prefeito que já teve nessa cidade foi o governador Rui Costa, nós já começamos

a ouvir falar que o prefeito da cidade é o governador Jerônimo Rodrigues, que é quem cuida de Salvador, é quem está cuidando da saúde, é quem está cuidando da infraestrutura, porque a prefeitura atual continua de mãos atadas, sem fazer a sua parte na prestação de serviços públicos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Robson Almeida.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Hassan pelo tempo de até 5 minutos.

Deputado Hassan, caso V. Ex.^a ...Pois não. Ele abdica da ordem de inscrição.

Eu concedo a palavra ao nobre deputado José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, é com muito prazer que estou nesta tribuna.

Sr. Presidente, inclusive, eu fiz... De acordo com os dados que nós temos, o número de idosos com 65 anos ou mais cresceu 57% em 12 anos; a população idosa na Bahia aumentou quase 50%; e também, segundo dados do IBGE, a Bahia é o estado com maior número de centenários.

Diante disso, Sr. Presidente, eu preparei esse discurso para que V. Ex.^{as} possam ficar atentos a respeito do que nos preocupa diante de dados como esse.

(Lê) “Hoje, ...”

Gostaria da atenção de vocês, Srs. Deputados, para um dos desafios mais presentes que nossa sociedade enfrenta.

(Lê) “(...) com o envelhecimento da população brasileira, de acordo com os dados do último censo do IBGE, temos observado um aumento significativo no número de idosos em nosso país, o que demanda nossa atenção e ações concretas.

Esse fenômeno demográfico é resultado de diversos fatores, incluindo o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade. Embora seja uma conquista termos mais pessoas vivendo por mais tempo, devemos estar preparados para enfrentar os desafios que acompanham essa transformação.

O envelhecimento populacional traz consigo uma série de implicações sociais, econômicas e de saúde. É essencial que tomemos medidas para garantir uma estrutura adequada de suporte aos idosos, proporcionando-lhes qualidade de vida digna e inclusão social.

No que diz respeito à saúde, devemos investir em políticas públicas que promovam o acesso universal a cuidados de saúde para os idosos. Além disso, é necessário criar programas de assistência que afetem principalmente essa faixa etária.

No âmbito social, é imprescindível incentivar a participação ativa dos idosos na comunidade. Reconhecendo sua experiência e valorizando suas contribuições, devemos promover ações que combatam a discriminação etária e permitam uma convivência harmoniosa e respeitosa entre as diferentes gerações.

No aspecto econômico, é fundamental repensar as políticas de previdência e aposentadoria, ...”

Estão diminuindo o som aí. Eu queria que me dessem o retorno, porque existem conversas paralelas e, aí, fica difícil.

(Lê) "(...) garantindo a proteção dos seus direitos. Além disso, devemos incentivar a inserção produtiva dos mais velhos, reconhecendo sua capacidade de trabalho e experiência acumulada.

Srs. Deputados, o envelhecimento da população brasileira é um desafio complexo. É dever do estado e de todos nós, como representantes do povo, buscar soluções efetivas e inclusivas para atender às necessidades dos idosos e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Acredito que, ao trabalharmos juntos, poderemos construir um futuro no qual os idosos sejam respeitados e valorizados em todas as esferas da sociedade."

Aqui, eu trago os dados, Sr. Presidente: (Lê) "Em 1980, o Brasil tinha 4,0% da população com 65 anos ou mais de idade. Os 10,9% alcançados em 2022 por essa parcela da população representa o maior percentual encontrado nos censos demográficos."

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Lê) "Em 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou seja, 7,4% da população, evidenciando o envelhecimento da população brasileira."

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, Sr. Presidente, com a tolerância de V. Ex.^a, gostaria de, diante desses dados, desses fatos, do aumento da população idosa, chamar a atenção dos Srs. Deputados para que em seu município, talvez, ainda não foi criado o Conselho Municipal do Idoso, e nos municípios que já têm o Conselho Municipal do Idoso ainda não foi criado o Fundo Municipal para o Idoso.

Então, era isso que eu gostaria de registrar. Vamos lutar por esta causa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É com prazer que registramos a visita de estudantes do Colégio Estadual de Aplicação Anísio Teixeira nas nossas galerias, dentro do Programa Escola e o Legislativo.

O Sr. José de Arimateia: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. José de Arimateia: Eu gostaria de que V. Ex.^a fizesse o registro da presença do ex-deputado, que passou por esta Casa, lembro muito bem, de 1999 a 2002, meu amigo Yulo Oiticica. Está aqui presente, foi deputado, deu a sua contribuição aqui, nesta Casa. Está no Plenário e ainda não foi citado. Então, por favor, ex-deputado Yulo Oiticica. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Registro com prazer e digo a V. Ex.^a que ele vai continuar aqui em todas as sessões. Ele será aqui os ouvidos e os olhos deste Parlamento junto ao Poder Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido, pela ordem de inscrição... Melhor dizendo, concedo a palavra, permutando com o deputado Júnior Muniz, ao deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Boa tarde, Sr. Presidente em exercício, meu querido presidente Zé Raimundo. Quero saudar aqui os estudantes que se fazem presentes e dizer que voltem sempre, porque aqui é a Casa de vocês, a Casa do Povo. Sintam-se abraçados neste Parlamento.

Srs. Deputados, trago aqui uma situação um pouco cômica – aí, eu até pediria ao meu querido amigo deputado Bobô que pudesse me ajudar – em relação a uma placa de obra posta na comunidade de Igara, no último domingo, deputado Luciano, com o seguinte teor: *“Mais uma obra do governo do estado. Pavimentação em CBUQ da Travessia Urbana, na BA-220, que liga o distrito de Igara, na extensão de 1,45 km”*

Eu só o que chama a atenção, deputado Vitor, para o seguinte. Essa placa foi colocada, no último domingo, em um lugar que já foi pavimentado. Nós estivemos, lá, no dia 6 de outubro, junto com o prefeito Laércio, com o superintendente Miled, da Condevasf, com diversas autoridades, através de intermédio de recurso do deputado federal Elmar Nascimento. Nós demos a ordem de serviço no dia 6. E, no dia 7, as obras iniciaram. Essa travessia já foi totalmente pavimentada.

Eu até sugiro, deputado Bobô, que V. Ex.^a leve até o consórcio e leve até o governo do estado, já que já tem esse recurso disponível, que pavimente as demais ruas do distrito de Igara.

O Sr. Bobô: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Concedo um aparte ao deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): No Pequeno Expediente, regimentalmente, não cabe a solicitação de aparte. Depois, Bobô pode usar.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Pronto.

Então, na sensibilidade, eu tenho certeza de que V. Ex.^a tem, que possa intermediar este recurso para que seja contemplado. V. Ex.^a já recebeu informação de que a placa foi retirada. Pelo menos, eles tiveram esse bom senso.

Mas gostaria de dizer que, quanto à obra garantida em Igara, nós a iniciamos e a concluímos. E a obra estará a todo vapor assim como diversas ruas na cidade de Senhor do Bonfim, complementando, assim, o garantido, o que foi prometido por nós no período eleitoral.

Sr. Presidente, eu aproveito também a oportunidade para saudar alguém que está conosco. Trata-se do ex-deputado estadual Tom Araujo que se faz presente e deixa um forte abraço. Eu gostaria de dizer que esta Casa é sua. V. Ex.^a sempre será bem-vindo a este Parlamento.

Ao concluir, desejo sorte a todos, pois, durante esta sessão, nós teremos embate, discussão, votação de projetos que ora tramitam nesta Casa. Esperamos poder votar com a consciência, votando favorável, votando contrário, para mostrar que este é o nosso papel como parlamentares, qual seja, sempre estar deliberando assuntos e matérias pertinentes ao interesse da população baiana.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Júnior Nascimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, eu convido, para usar a palavra, o deputado Ricardo Rodrigues pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa) Não está presente ou abdica a fala.

Eu convido o deputado Felipe Duarte. (Silêncio)

Seguindo a ordem de inscrições, ele abdica.

Eu convido o deputado Tiago Correia. (Silêncio) Não se encontra.

Eu convido o deputado Vitor Bonfim. (Silêncio) Ele também abdica.

Eu convido a deputada Fátima Nunes. (Silêncio) Ela também não se encontra ou abdica.

Eu convido o deputado Pedro Tavares. (Silêncio)

Pedrinho Tavares não se encontra ou não quer usar a palavra.

Eu convido sequencialmente o deputado Robinho para utilizar o tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

Registro, para constar na ata, a presença do nosso ex-colega Tom Araujo. Ele deixou a sua participação inscrita na história desta Casa, isso já foi comentado, mas eu queria fazer este registro também, Tom. Então seja bem-vindo entre os seus colegas deputados e deputadas.

Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Meus cumprimentos ao presidente, meu amigo e professor Raimundo, à imprensa, aos colegas e aos alunos que vieram nos prestigiar, pois é motivo de muita satisfação ver as presenças desses estudantes.

Hoje, parece que nós estaremos em votação e em discussão do projeto de lei que discute o programa Bahia Sem Fome. Eu quero falar a todos os colegas que, na realidade, este programa Bahia Sem Fome já vem sendo discutido há algum tempo. Nós temos, desde 1996, o Funcep. O Funcep significa Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza. Eu quero deixar bem claro, porque muitas pessoas falam sobre isso.

E como funciona o Funcep? O Funcep, através de um projeto de lei, dentro dos impostos e ICMS... Vou dar exemplo. Vamos supor que o governo do estado tenha a alíquota de 25% sobre alguns itens como, por exemplo, cigarros, cigarretes, charutos, fumos, fumos industrializados, bebida alcoólica, ultraleves e peças de ultraleves. Então, o governo cobra, sobre esses itens, a alíquota de 25%. Quanto a esses itens, há um acréscimo de mais 2%. E esses 2% vão para o Funcep. Por exemplo, armas. O imposto de ICMS sobre armas é 38%. Aí o governo faz um acréscimo de 2% sobre o ICMS. E esses 2% são investidos e são direcionados para o Funcep.

Quanto ao Funcep, o governo tem aquele recurso que hoje soma, no governo do estado, mais de R\$ 500 milhões. É um dinheiro que o governo tem para o combate à pobreza ou para o programa Bahia Sem Fome.

O atual governo está há 10 meses no poder e vem fazendo a política de combate à fome através do programa Bahia Sem Fome, através de pedido de pix, através de contribuição de cestas básicas. Agora, há uma coisa importante. Eu quero deixar bem claro que eu sou favorável a esse projeto. Agora, o programa tem de ter critério; assim como o programa Bolsa Família tem um critério, tem um cadastro. Há um cadastro de quem recebe ou não o benefício desse programa.

Mas a pergunta que eu quero deixar no ar é a seguinte. Qual o critério de distribuição desse recurso? Como serão feitas as ações desse programa Bahia Sem Fome?

Digo isso porque eu tenho vivenciado, vivido e visto o governo chegar para uma liderança banda “b” e falar: “Vou lhe entregar 200 cestas básicas, vou lhe entregar 400 cestas básicas.” O cara chega lá ao município dele, Eures, e distribui aquilo como uma distribuição ao interesse daquela liderança. Não tem um cadastro, não tem um critério, não tem uma regra para se ter o controle de como foi, de fato, investido esse dinheiro.

Então, o programa é interessante, é importante. Sou favorável. Agora, tem de ter uma regra, tem de ter um critério para que a gente possa saber de que forma esse dinheiro está sendo aplicado.

Eu quero aproveitar também a oportunidade para falar algo. Foi feita a crítica e uma crítica construtiva com relação à Coelba, com relação à Embasa, esses setores.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

No entanto, eu estava, anteontem, em um distrito de Mucuri. Um cidadão chegou para mim e falou: “Deputado, veja lá no governo. O meu bairro, cidade industrial, toda semana fica 3 ou 4 dias sem energia.” Nós temos problemas de falta de energia nas áreas urbanas das cidades, não é na zona rural.

Então, o governo precisa cobrar isso, tanto à Coelba quanto à Embasa.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O governo precisa ter uma presença maior e cobrar resultados.

Nós vamos ter oportunidade para discutir a questão do Bahia Sem Fome, do Funcep e dos critérios que têm de ter, de fato, para que a gente possa, pelo menos, fiscalizar e acompanhar a aplicação desse recurso, que já tem meio bilhão nas contas do governo.

Muito obrigado pela paciência, meu presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Leandro de Jesus pelo tempo regimental do Pequeno Expediente.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento todos os colegas presentes, servidores, imprensa, os alunos que se encontram presentes. Sejam muito bem-vindos.

Bem, me causa uma grande preocupação o que está ocorrendo, em nossa Bahia, com esses projetos que estão sendo encaminhados, pelo governo petista de Jerônimo, para esta Casa. Nós estamos vivenciando – se é que podemos fazer um comparativo – o povo baiano estar sendo estuprado, estuprado! Essa é a palavra que tem de se dizer por este governo que está aí e por conta dos impostos. É o estupro por meio de taxação.

Mais uma vez, o governo da Bahia... A imprensa já noticiou. Já está tramitando, nesta Casa, mais um aumento na alíquota do ICMS. Isso é para destruir o povo, é para seguir destruindo o estado da Bahia, é para seguir empobrecendo o nosso povo. Não bastasse isso, a imprensa também noticiou outro fato. Digo isso porque, muitas vezes, os projetos chegam silenciosamente a esta Casa. E a gente tem conhecimento, pela imprensa, de mais um pedido de autorização de empréstimo que o governo quer desta Casa.

E hoje querem votar o programa Bahia Sem Fome, como se o PT se preocupasse com as pessoas famintas desta Bahia. Digo isso porque, se fôssemos falar em fome, a Bahia já é uma Bahia faminta, a Bahia da fome já há muitos anos, principalmente desde 2006, quando o PT infelizmente para a desgraça deste estado, assumiu, com Jaques Wagner, o governo da Bahia. E, de lá para cá, é só decadência.

Então, se formos falar de fome, a Bahia é a Bahia da fome, é a Bahia da miséria, é a Bahia daqueles que não têm esperança, é a Bahia onde quatro em cada dez baianos estão vivendo na miséria. É a Bahia onde nós temos o maior índice de analfabetismo do país. É uma vergonha isso! Temos uma das maiores taxas de evasão escolar na Bahia. Infelizmente, devido a esse caos criado pelo PT, a Bahia tem um ambiente hostil e não gera emprego, não gera renda. O estado está destruído.

Este programa Bahia Sem Fome, na verdade, é um atestado de incompetência do PT na Bahia, porque este estado não era para estar vivendo este aprofundamento da crise da fome. Mas de quem é a culpa? Daqui a pouco, eles vão dizer que a culpa é de Bolsonaro, como sempre costumam dizer. Eles nunca assumem a responsabilidade do mal que faz a este estado. De tudo, eles querem colocar a culpa em Bolsonaro!

Ora, mas o PT governa a Bahia desde 2006! E a fome, a miséria, a desgraça já estão presentes neste estado ao longo de todo esse período. De quem é a culpa? É do povo? A culpa é do PT! A culpa é do 13 da maldição! A culpa é desta estrela vermelha da fome e da miséria que vem destruindo nosso estado.

E agora o governo vem, com a cara mais deslavada do mundo, apresentar um suposto projeto que não tem nada para combater a fome. Mas eu sei para que é esse projeto! É para usar da miséria, é usar da fome dos outros para alcançar votos! Isso é um projeto eleitoral para arrecadar alimentos e cestas básicas para, ao final, lá na ponta, sujeitar o povo ao recebimento de alimento em troca de voto! Afinal de contas, 2024 é logo ali. São as eleições.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E quanto à arrecadação de alimentos feita agora na gincana? Para onde foram esses alimentos? Como esses alimentos foram entregues? Como foi utilizado? Não há transparência nenhuma!

O PT segue desgraçando o povo da Bahia, se aproveitando da miséria, da fome e da destruição do nosso povo baiano, infelizmente! Mas esses dias estão contados! Eu tenho fé em Deus, nesse Deus vivo, que este é o último mandato do PT na Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Grande Expediente.

Eu convido a oradora inscrita, a deputada Olívia Santana, para utilizar o tempo regimental de 25 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Uau! Como assim? (Risos) Eu nunca tive tanto tempo na vida!

Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, quero saudar os servidores desta Casa e saudar os estudantes presentes nas galerias. Sejam bem-vindas e bem-vindos! É uma honra para nós contar com a participação de vocês acompanhando o nosso trabalho.

Quero, Sr. Presidente, agradecer aos colegas deputados e deputadas que estiveram presentes, pela manhã, em nossa audiência pública que pautou o ciclo de Conferências Nacional, Estadual e Municipais de Educação.

Felizmente, o Brasil se libertou de um presidente inimigo da educação, inimigo da cultura, inimigo da ciência, inimigo da vida e de tudo o que é positivo! Nós temos, agora, o nosso querido presidente Lula que vai realizar, no final do mês de janeiro de 2024, uma grande conferência nacional de reavaliação do Plano Nacional de Educação, que é o nosso plano decenal, plano de educação para a próxima década.

Portanto, eu saúdo esta conquista por realizar esta conferência em âmbitos nacional, estadual e municipal. Deputado Hilton, V. Ex.^a participou da nossa audiência pública na manhã de hoje. Com certeza, é um avanço, porque a conferência se dará no cenário democrático e no cenário de um compromisso real com a construção de um projeto de educação compatível com a necessidade do nosso país.

Até a chegada do presidente do Lula, nós tivemos 6 anos de apagão da educação nacional com o governo bolsonarista do fim do mundo, destruidor, pois não repassava recurso. Ele perseguiu esta Bahia, perseguiu a educação no país inteiro. Os estudantes estavam nas ruas reivindicando o direito ao estudo, à escola de qualidade. Eles tiveram de brigar, com o presidente da República, para ter direito a estudar.

Nós vimos cenas de trevas. As universidades foram perseguidas e massacradas. Elas foram chamadas de centro de balbúrdia! Olhem que eu respeito tanto a balbúrdia, pois é uma forma de expressão das religiões de matriz africana, do alimento, do compartilhamento do alimento, que ele usou como se fosse algo pejorativo em relação às universidades.

Portanto, há uma grande expectativa, Sr. Presidente, no que diz respeito à Conferência Estadual de Educação da Bahia 2023 (Coed-BA), a acontecer nos próximos dias 4 e 5 de dezembro de 2023, no nosso estado da Bahia, e a Conferência Nacional Extraordinária da Educação de 2024, a ocorrer em 28 a 31 de janeiro de 2024, em Brasília.

Pelo que nós vimos na audiência pública da manhã de hoje, a Bahia terá uma grande contribuição a dar na construção do Plano Nacional de Educação, como a atualização das metas de enfrentamento e da erradicação do analfabetismo, elevação do ensino fundamental e, também, da ampliação do acesso à educação de nível superior.

Nesse sentido, eu destaco o grande investimento que o presidente Lula acaba de fazer. Saiu ontem, no *Diário Oficial*, o investimento de R\$ 10,5 milhões na construção, deputado Hilton, dos dois prédios que estavam faltando finalizar no Campus dos Malês, em São Francisco do Conde.

Aquele campus da Unilab, tão acanhado, sofreu tanto com a falta de recursos, com obra abandonada. Para a sua finalização, bastava a cifra de R\$ 3,5 milhões, no qual a presidenta Dilma fez tanto investimento. Depois, chegou o governo Bolsonaro que simplesmente abandonou a obra do Campus Malês.

A gente olha e chega a dar uma dor no coração. A quantia de R\$ 3,5 milhões se transformou agora em R\$ 10 milhões. Se tivesse feito investimento, há 4 anos, o campus já estaria pronto e a juventude já estaria estudando. Mas aquele governo, inimigo da educação, não permitiu. Felizmente, o presidente Lula acaba de fazer o investimento.

Falei com Mírian, a diretora do campus. Ela está numa felicidade só. Gravamos também nesta grande corrente para transformar, o Campus dos Malês, na futura Universidade Federal África-Brasil. Acho que é muito importante tornar o Campus dos Malês em uma universidade independente e baiana para nosso povo, para nossa geração, para os nossos jovens.

Mas, também, presidente, fiquei muito triste com a denúncia feita na audiência pública de hoje, do fechamento de 44 unidades de ensino de educação de jovens e adultos, na cidade de Salvador. Isso é uma perversidade. Professor Zé Raimundo, V. Ex.^a preside esta sessão.

É um verdadeiro massacre quando se fecha a oportunidade para a juventude estudar. Quando isso acontece, se deixa a juventude encurralada. O que nós precisamos é da modernização da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Deputada Neusa, V. Ex.^a é uma mulher do campo e sabe da importância da educação para a juventude camponesa, pois ela, muitas vezes, trabalha e abandona o estudo em horário regular diurno porque precisa trabalhar.

Na capital, não é diferente. Você vai à Feira de São Joaquim e vê que ela está cheia de adolescentes e jovens, correndo atrás de ter o dinheiro para o sustento da família. Os jovens, muitas vezes, deixam a escola, melhor, evadem para poder buscar um trabalho informal, para poder ajudar as suas famílias.

E aí a prefeitura passa o recibo nessa evasão. Ela simplesmente fecha as escolas enquanto deveria desenvolver um projeto de EJA, líder Rosemberg, articulado com a educação profissionalizante. Seria muito diferente a resposta da juventude.

Se a escola oferecesse Educação de Jovens e Adultos, articulada com o ensino profissional atualizado, com computador, tecnologia a serviço da alfabetização e da informação de qualidade e formação profissional, nós não teríamos escolas sem estudantes, sem a juventude lá dentro.

Então, é um crime. A Uneb vem denunciando isso. Hoje, formalmente, inclusive na presença da Defensoria Pública, esta denúncia foi feita na nossa audiência pública, bem como uma outra denúncia muito estranha.

Se isso estiver acontecendo, é lamentável. Trata-se de um erro crasso como condicionar a melhoria da moradia das famílias, o acesso a uma casa, ao desempenho educacional do filho estudante. Isso é um verdadeiro absurdo.

Uma coisa é cobrar das famílias que coloquem as suas crianças ou os seus jovens ou os seus adolescentes na escola. Lugar de criança e lugar de adolescente é na escola, deputada Soane. Outra coisa é colocar na conta do estudante que, se ele tirar 10 em Matemática, se ele tiver um grande desempenho, logo sua família será recompensada com uma moradia. Isso é uma carga violenta em cima de uma criança, em cima de um adolescente.

A política habitacional tem de ser uma política para todo mundo. E é uma política independente da política de educação. No máximo, repito, o critério que é procedente

e deve acontecer: as famílias, aptas a receber uma moradia, têm de garantir que seus filhos estejam na escola.

Agora, fazer competição de nota com crianças, com adolescentes, para jogar a carga nelas, caso sua família não acesse aquela moradia, é de uma violência brutal, uma tensão e pressão psicológica absolutamente desnecessária, que não leva ninguém a lugar nenhum.

Fica aqui também o nosso repúdio a essa atitude. Se a prefeitura de Salvador adotou isso como critério para acesso à moradia, isso é um erro e é uma violência contra crianças e adolescentes da rede de ensino fundamental.

Quero, agora, Sr. Presidente, saudar e, ao mesmo tempo, agradecer ao nosso partido, o PCdoB, o meu partido, o partido do nosso campeão Bobô, que já fez também uso da palavra. Eu tenho de agradecer ao PCdoB pela confiança em mim depositada quando, no ato político de abertura da nossa conferência, na sexta-feira, reafirmou a indicação do meu nome como pré-candidata à prefeita de Salvador.

Eu realmente quero dizer que, para mim, que sou uma mulher preta na política, sei que não sou um modelo convencional de poder, no que diz respeito a governar uma cidade. A Bahia tem 417 municípios e apenas 54 municípios são governados por mulheres, deputada Fátima. Isso é uma vergonha, não é? Há pouquíssimas mulheres pretas.

Portanto, quero dizer que este gesto feito pelo PCdoB é um gesto civilizatório, é um gesto que mexe no tabuleiro, é um gesto que dá, sim, visibilidade à capacidade das mulheres e das mulheres negras de figurarem, sim, as listas de candidaturas que precisam, em pleno século XXI, estabelecer uma ruptura com esse viés machista, racista e de exclusão.

Se nós estamos na política como eleitoras, precisamos estar na política também como candidatas, como pessoas eleitas, porque nós lutamos por igualdade. Nós não somos nem melhores nem piores do que ninguém. Nós somos iguais. Portanto, nós temos de ter, sim, o pleno direito ao exercício da cidadania e do empoderamento dos espaços de poder político.

Também saúdo a nossa pré-candidata em São Francisco do Conde, Ró Valentim, irmã de Rilza Valentim. Essa última mulher deixou um grande legado, um legado bonito. Ela se foi e morreu prematuramente, mas fez uma grande gestão em São Francisco do Conde.

Foi muito bonito e muito emocionante chegar, no domingo pela manhã, e encontrar um plenário lotado e entupido com a população clamando pelo nome de Ró Valentim. E a gente vê aquela conferência também consagrando o nome de mais uma mulher negra em São Francisco do Conde, pelo PCdoB, sendo colocada como pré-candidata à prefeita daquele município.

Quero também, Sr. Presidente, parabenizar o município de Cachoeira, a Fundação Hansen Bahia e a Fundação Pedro Calmon, organizadora das feiras literárias, pela beleza que foi mais uma edição da Flica. A Festa Literária Internacional de Cachoeira mobiliza milhares de pessoas.

À época do evento, o governador Jerônimo Rodrigues fez uma série de anúncios importantes, desde investimento de infraestrutura nos territórios de quilombos como

também a entrega da ampliação do Colégio Estadual Quilombola da Bacia do Iguape. É uma escola bonita, com quadra coberta.

Eu conheço aquele lugar há mais de 15 anos. Antes, só havia lama. Antes, era uma tristeza. Hoje, está tudo pavimentado, com investimento em infraestrutura. É uma escola bonita para a juventude estudar com orgulho, praticar esporte, cultura, enfim, o convívio educacional e o convívio social, tão importantes para o desenvolvimento das pessoas.

Então eu fiquei muito feliz por estar ao lado do governador Jerônimo Rodrigues, que também anunciou o investimento de R\$ 150 mil na reforma da Casa das Mulheres de Axé do Recôncavo, que conta também com o apoio nosso, com emenda da minha autoria, para que essa reforma aconteça. Aquelas mulheres que atuam nos terreiros, que estão também na Irmandade da Boa Morte, têm aquele espaço da Casa das Mulheres de Axé como espaço pra fazer as costuras, produzir Richelieu, tomar curso, obter qualificação profissional, vivenciar sua terceira idade com dignidade, como seres produtivos. Portanto fiquei muito feliz e agradecida ao nosso governador, professor Jerônimo Rodrigues.

Por fim, Sr. Presidente, eu não poderia sair desta tribuna sem fazer também uma referência à minha tristeza. A minha tristeza em relação a mais um feminicídio, um crime hediondo, um crime horroroso que aconteceu no estado da Bahia, que foi o caso Sara Mariano, a cantora gospel que foi assassinada pelo marido misógino, violento, Ederlan Santos, o pastor Ederlan Santos. É uma coisa absurda você ver tanto fingimento! Ele fingindo que estava consternado, fingindo que estava surpreso ao encontrar o corpo daquela que deveria ter sido sempre vista, respeitada como sua companheira, um corpo carbonizado, morto, sem vida, de uma maneira atroz.

Os crimes de feminicídio têm sempre esta marca da atrocidade, da misoginia, aquela marca de alguém que tem esse sentimento de imperador, senhor de vida e morte em relação a uma mulher. Sempre faço questão de dizer que nós mulheres somos livres! Temos a liberdade de existir, de amar, de ter um relacionamento, de terminar um relacionamento, e não podemos pagar com a vida pelas nossas escolhas, pelo nosso jeito de ser. É repugnante! Chega a dar náuseas ver o advogado dizendo: “Ah, mas ela tinha um caso com um motorista de Uber”. Tenha santa paciência, minha gente!

Imaginem vocês, colegas, colegas deputados desta Casa, homens e mulheres – deputada Soane, V. Ex.^a que é presidenta da Comissão da Mulher –, imaginem se as mulheres resolvessem sair matando seus companheiros quando descobrissem que seus companheiros as estavam traindo? Ia ter uma verdadeira erradicação do sexo masculino no planeta! Aí, não ia sobrar... só uns poucos homens se salvariam, Ludmilla, porque a grande maioria ia tombar. Se a gente fizesse com os homens o que esse segmento... Eu sei que, obviamente, homens feminicidas são uma minoria, mas a gente precisa combater essa prática. E o combate a essa prática não pode ser somente através das mulheres, da militância política feminina.

Eu penso que todos os homens deveriam se levantar, falar, combater o machismo, a misoginia, combater atitudes violentas, desrespeitosas de colegas, de amigos, quando virem um sintoma de uma forma cafajeste de tratar uma mulher. Eu acho que cada um dos companheiros aqui presentes e outros que nos assistem pela TV ALBA deveriam ir para cima desaprovar, reprovar esse tipo de comportamento

machista! Porque se a voz das mulheres não é suficiente, é preciso que a voz de outros homens, deputado Hilton, comece a se levantar com mais força para combater práticas feminicidas, práticas de violência contra as mulheres.

Porque nós mulheres sonhamos, lutamos, vivemos, deputado Robinson, buscando uma sociedade livre de machismo, livre de discriminação, em que a vida possa se dar de maneira valorizada, de maneira protegida, de maneira bonita. É somente o que a gente quer, a beleza de viver com dignidade, lado a lado, homens e mulheres, sob o signo da solidariedade, do companheirismo e, sobretudo, do respeito.

Então, presidente, nesses 25 minutos que me foram dedicados, que eu fiz um esforço para dar conta, caí no conto de que haveria apartes, que não aconteceram, eu deixo aqui agora...

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, deputada?

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: O deputado Robinson acaba de pedir um aparte. Nós temos apenas 2 minutos, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Deputada Olívia, primeiro, em solidariedade a V. Ex.^a como parlamentar e em solidariedade ao discurso de V. Ex.^a, me causou também muita esperança a atitude do presidente Lula em sancionar a lei de autoria da Câmara dos Deputados que assegura uma pensão para os órfãos de feminicídio no Brasil, que virou uma epidemia. Assim como também viraram uma epidemia no país os abusos sexuais contra crianças e adolescentes e que, infelizmente, acontecem nos lares brasileiros. Então eu sou solidário a essa sua reflexão muito importante, porque as mulheres brasileiras continuam sendo vítimas da violência cotidiana, que tira não só seus sonhos e lhes discrimina, mas também atinge as suas vidas.

E eu queria aproveitar para saudar os alunos do Colégio Estadual de Aplicação Anísio Teixeira, mandar um abraço para a diretora Val e pedir uma salva de palmas a todos esses nossos queridos estudantes que visitam hoje a nossa Assembleia. Muito obrigado. (Palmas)

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Obrigada, deputado Robinson.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E com esses 27 segundos que me restam, quero apenas, gente, saudar aqui a memória de Rodrigo Amorim, esse influenciador digital que nós conhecíamos como Amendoim. Uma figura divertida, de apenas 24 anos de idade, que se foi de maneira misteriosa. Há uma suspeita de que foi suicídio...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e nós temos que lutar para que as redes sociais sejam um espaço de vida, de respeito, de liberdade e não de adoecimento mental. Fica aqui a nossa gratidão e o nosso desejo de que ele possa descansar em paz.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, estou aqui com a camisa da Aceb, que faz referência ao piso da educação, um piso que não está sendo respeitado na nossa Bahia, assim como em diversos municípios, como o município de Salvador. Mas, mais uma vez, a Aceb traz essa pauta e, dessa vez, na nossa audiência pública sobre a Conferência Nacional de Educação, onde nós ouvimos a fala do Fórum Estadual de Educação da Bahia, com dados que são muito impressionantes, Sr. Presidente.

Nós temos 20 metas para o Plano Nacional de Educação e para o Plano Estadual de Educação e, para se ter uma ideia, a situação do país é ainda pior. Mas, aqui na Bahia, das 20 metas que foram estabelecidas, 3 foram cumpridas, 2 foram parcialmente cumpridas e 15, simplesmente, no 9º ano de aplicação do plano, não foram cumpridas. Esse foi o espaço de discussão do que vão ser as conferências municipais, a estadual e a nacional. E é importante que toda a população brasileira, do nosso estado da Bahia, do município de Salvador, que vai ter a sua conferência também, possa estar sintonizada com essa grande tarefa.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, reforçar a fala da deputada Olívia e falar também do absurdo que foi o estabelecimento, por parte da prefeitura, de que os estudantes que conseguissem...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) médias altas – um por regional, se eu não me engano, que são as regionais do município de Salvador –, apenas um seria o vencedor para ter a sua casa reformada. Isso é muito cruel, deputado Rosemberg. Por quê? Porque direito à moradia é um direito de toda família. Não se pode jogar o peso dessa responsabilidade nas costas de uma criança...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) que vai ter a sua casa, da sua família, reformada ou não, a depender do seu desempenho, que nunca pode ser, nunca vai poder ser um desempenho da maioria porque é um jogo para vencedores. Apenas alguns, uns poucos terão direito, deputado Bobô, a esse privilégio, ou melhor, a esse atestado de ter vencido esse melancólico campeonato.

Então, para nós, essa é uma posição de violência por parte do prefeito Bruno Reis contra as crianças da cidade de Salvador, contra as famílias. Volto a dizer, toda família na cidade de Salvador tem direito, sim, se estiver em situação de moradia precária, de ter a sua casa reformada. É um absurdo que a prefeitura condicione isso ao desempenho de poucos alunos que chegarão àquele pódio. Eu fico me perguntando se esses gestores, como o prefeito Bruno Reis e o secretário de Educação do município de Salvador, quando olham para aquela criança que chegou ao pódio...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Só para concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância. Se quando eles olham para aquela criança, a dita vencedora naquele momento, não conseguem enxergar a multidão de derrotados...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) essa que é a grande questão do neoliberalismo. Eles focam nos chamados vencedores, deputado Bobô, mas não querem mostrar os que são derrotados, o que geralmente aqueles que, inclusive, devem ter, nesse caso, a

moradia mais precarizada, deputado Cafu. Então é algo muito sério que precisa ser suspenso pelo prefeito da cidade de Salvador.

Infelizmente, Sr. Presidente, eu precisava falar da Ilha de Maré, da desassistência à saúde. Hoje uma situação deplorável daquela população ali que está morrendo sem assistência à saúde, com uma ambulância que não passa hoje de uma peça decorativa que não tem efetividade e as pessoas não estão tendo acesso à saúde, inclusive, para situação de emergência.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Nós queríamos que a Prefeitura de Salvador e o governo do estado olhassem para as nossas ilhas, especialmente para a Ilha de Maré, que é fundamentalmente, 60%, uma ilha quilombola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho. (Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário das Lideranças Partidárias.

Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Por 5 minutos, falará o deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra, pela fração de tempo de 5 minutos do horário total, o nobre deputado Bobô, com a elegância de sempre.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, eu gostaria de tratar sobre dois assuntos que eu considero de muita importância. O primeiro é sobre a questão da seca, da gravidade da seca que a gente atravessa aqui na Bahia. Mas eu quero chamar atenção para um problema especial sobre os produtores de leite de Senhor do Bonfim, da nossa cidade, ali do Quicé, e o outro eu vou responder ao deputado Júnior Nascimento, que ele me perguntou sobre a travessia de Igara, que eu acho que é importante ele ter um pouco mais de conhecimento com relação ao que está acontecendo lá.

Primeiro, presidente, eu já subi a esta tribuna para falar sobre o Dnocs e algumas barragens que ele tem como responsabilidade. Uma delas – já me pronunciei – fica no município de de Itiúba, uma barragem que é muito importante e fica no distrito de Rômulo Campos, e que a gente a apelidou com nome de barragem do Jacurici, que, seguramente, é a segunda maior barragem daquela região inteira, do Norte da Bahia, e, no período da grande seca de 2012 a 2016, ela ficou apenas com 4%, deputado Antonio Henrique, da sua capacidade de armazenamento de água. Isso levou a um prejuízo financeiro enorme ao município e, de lá para cá, ou seja, durante esse tempo todo, não aconteceu, até o momento, um único investimento nela, por parte do Dnocs, para poder trabalhar, quem sabe, na dragagem e limpeza dessas barragens para que elas pudessem ter uma vida útil mais longa.

E agora está acontecendo a mesma coisa em Senhor do Bonfim. Senhor do Bonfim tem, no distrito de Quicé, os maiores produtores de leite do Centro Norte Baiano. Há produtores de leite, deputado Alan, que produzem 5 mil litros de leite por dia; outros, 4 mil; outros, 5 mil; outros, 6 mil; outros, 3 mil. Outros também produzem 200, 100 litros de leite, esses já são pequenos.

Eu estive lá, sábado, com eles, conversando, e a situação realmente é muito grave, muito séria. E lá tem uma barragem, que é a barragem do Quicé, também do Dnocs, que poderia estar, de alguma maneira, colaborando e amenizando as dificuldades desses pequenos e grandes produtores de leite do nosso território ou – por que não dizer? – da nossa região.

E nós estamos trabalhando em um programa, em um projeto do governo da Bahia de dessedentação animal para que a gente possa, minimamente, resolver essa questão da coleta de água. Porque o sistema lá, no momento, infelizmente, é no carro-pipa e a coleta de água fica muito distante para que eles possam fazer. Há um desses que eu fui visitar, fui à casa dele, ele é um grande produtor de leite de Senhor do Bonfim, e lá, por dia, ele está movimentando 16 carros-pipas. Imaginem o prejuízo que ele está tendo para manter seus animais ainda produzindo. E são animais de grande genética, a qualidade dos animais é espetacular.

Eu acho que é importante a gente, neste momento, chamar a atenção do Dnocs para que ele possa, de alguma maneira, ajudar a resolver esse problema, principalmente em Quicé, onde nós temos a maior bacia leiteira da nossa região, uma das maiores da Região Norte da Bahia.

E a outra, Sr. Presidente, apenas para responder ao deputado Júnior: Júnior, eu falei com você agora há pouco e eu acho que é importante como você usou a tribuna eu vou retribuir porque é importante a gente esclarecer os fatos, não é? Nós, quando conversamos... E eu já usei essa tribuna por diversas vezes falando do distrito de Igara. O distrito de Igara é um dos maiores distritos deste país. Lá, moram 11 mil pessoas. O distrito de Igara é maior do que muitas cidades da Bahia, muito maior, e é um distrito que ainda tem pouco investimento feito pelo poder público municipal.

A gente começou a discutir e eu usei essa tribuna também para falar sobre isso, sobre o tráfego na área urbana da cidade feito por uma mina, lá, da cidade de Andorinha. Porque quando você passa a BA-220, que liga Bonfim a Andorinha, você passa por dentro do distrito de Igara. É uma travessia e os caminhões bitrens passam...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) efetivamente por dentro desse distrito, que é uma cidade.

E nós falamos que iríamos discutir com a mina e iríamos também fazer com que o governo do estado assumisse a responsabilidade, Rosenberg, de fazer aquela travessia urbana. E o governador autorizou essa obra. Aí, Júnior, eu quero lhe explicar isso. Lhe falei e vou repetir: o governador autorizou; nós fizemos o contrato com o consórcio, mas o contrato ainda, por lei... O Tribunal de Contas dos Municípios...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) questionou, nós votamos aqui essa lei em dezembro e ela só foi homologada agora, esses dias, com esse contrato pronto. O que é que aconteceu... Alan, só um minutinho, viu, Alan? Só para eu concluir.

O Sr. Alan Sanches: O presidente é ele.

O Sr. BOBÔ: Desculpa!

O que é que aconteceu com relação a isso? O prefeito de Senhor do Bonfim conseguiu um convênio com a Codevasf e o presidente Lula liberou esse recurso. Para esse recurso, houve o movimento dos deputados federais e estaduais, mas quem liberou essa obra foi o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente Lula.

O prefeito de Senhor do Bonfim não votou no Lula, ele votou em Bolsonaro e votou em ACM Neto e, mesmo assim, esse recurso foi liberado.

E o que é que nós vamos fazer agora? O contrato está pronto, e nós vamos fazer pavimentação em várias ruas daquele distrito. Ou seja, nós vamos pavimentar a Rua do Bolo, a praça da igreja, diversas outras ruas e avenidas enormes. Será o valor de R\$ 1,1 milhão para pavimentação. Então o pedido que você fez aqui, nós vamos cumprir. Nós vamos realizar essas obras, porque entendemos que é um município importante, estratégico, determinado, de pessoas sérias e trabalhadoras, que é o distrito de Igara.

Na realidade, eu acho que houve erro, sim, da placa, porque a placa sinaliza a travessia urbana. A travessia que a prefeitura fez não é urbana, é a travessia de Igara. Ele botou travessia urbana quando deveria ter colocado a placa de pavimentação de diversas ruas etc.

Então essa pecha que as pessoas têm colocado, que querem colocar...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado...

O Sr. BOBÔ: Presidente, só para concluir. Sobre essa pecha que o pessoal está querendo colocar em Bonfim, de que o governo do estado está pongando nas obras do município, eu digo o seguinte: nós não aprendemos isso. Quem verdadeiramente pongou em muitas obras do governo do estado foi a Prefeitura de Salvador. O governo fazia e ela botava as placas estrategicamente em alguns pontos, e nós não sabemos fazer isso. Nós vamos realizar essa obra porque é importante, estratégica e necessária para o distrito de Igara e os bonfinenses que moram em Igara.

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Bobô.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Líder Rosemberg, são 13 minutos e eu descontei 3 minutos, aí. Então são 5 minutos para Fátima, correto?

Serão 5 minutos para Fátima Nunes, para fechar os 13 minutos do tempo inicial.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem.

O Sr. Alan Sanches: Quero até esclarecer aqui ao deputado Bobô que jamais o interromperia, nem ele nem deputado nenhum que estivesse fazendo uso da tribuna.

Mas, antes que a deputada Fátima possa fazer uso da palavra, eu queria solicitar a verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O líder Rosemberg Pinto com a palavra.

O Sr. Rosemberg Pinto: Está no meio do tempo. É porque foi dividido o tempo. Minha sugestão era terminar a fala dela...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas essa questão do tempo não é impeditiva. Eu entendo, nobre deputado.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito ao Alan Sanches...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, se ele não concorda...

O Sr. Alan Sanches: Não, presidente, veja bem, existe um acordo aqui, vamos ser claros. Existe um acordo, eu cumpri o acordo, mesmo que já tenham, inclusive o presidente da Casa, descumprido o acordo da solicitação de quórum durante o Pequeno Expediente, que terminou às 15h30min. Está sendo às 16h10min a primeira verificação de quórum. Não tem cabimento qualquer questionamento legítimo desse.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, eu não estou fazendo... Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu entendo, líder Rosemberg, que ele, o nobre líder Alan Sanches, não interrompeu a fala da Fátima Nunes. O tempo dela está garantido após... Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k. Eu tenho 5 minutos para fazer minha questão de ordem.

Minha questão de ordem, presidente, é no sentido de que eu entendo, eu acho que nós temos 13 minutos, e, dos 13 minutos, nós fizemos uma divisão do tempo. Então era apenas por elegância, para não interromper. Mas tudo bem.

Eu quero, então, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Visualmente, eu estou vendo aqui 21 deputados, mas se V. Ex.^a quiser, eu solicito a contagem nominal.

É isso mesmo? Porque eu estou vendo.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, a verificação de quórum é feita pelo painel, não é visual.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não...

O Sr. Alan Sanches: Então eu queria solicitar de V. Ex.^a... Se V. Ex.^a quiser, eu vou pedir para que a bancada se retire.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ah, tudo bem. Vou encaminhar, nobre deputado Rosemberg.

Para apressar a sessão, eu solicito que zerem o painel...

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas, presidente, o senhor cortou meus 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Eu quero adiantar. V. Ex.^a... Tudo bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu quero aproveitar, nesse encaminhamento, e pedir aos deputados e deputadas que se façam presentes para atender à verificação de quórum solicitada pelo deputado Alan Sanches.

E dizer, presidente, que não há no Regimento nenhuma indicação de que verificação de quórum é no painel. Não há no Regimento isso. A presidência da Mesa tem prerrogativa para assumir uma determinada posição, inclusive visual. Tem prerrogativa para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tudo bem.

Solicito à técnica que zere o painel e marque 15 minutos para verificarmos a presença de 21 Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uma questão de ordem solicitando as presenças dos nobres parlamentares para o quórum de continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Já há quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora sim, com a palavra a nobre deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 5 minutos, para complementar o tempo inicial de 13 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, aqui nesta Casa acontece é coisa, viu? Pela primeira vez – já estou no sexto mandato – eu ouvi um deputado pedir verificação de quórum no meio da minha fala, no meio da fala de um tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foi no intervalo, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Mas eu tenho certeza de que não foi com nenhum objetivo de cercear o meu direito à fala. Portanto, seguirei aqui firme e forte. Porque, olha, parafraseando um grande cantor nordestino, que diz assim: “(...) *Eu nasci entre o velame e a macambira/ Quem é você pra derramar meu mungunzá?...*”, estou aqui firme e forte nessa caminhada.

E, hoje, a minha satisfação, nesses 5 minutos, é que quero revelar duas coisas, dois eventos importantes. Um é que completou 1 ano ontem, mas porque não aconteceu sessão eu deixei para hoje... Mas, reparem bem, graças ao povo brasileiro e graças ao povo baiano, nós tivemos a oportunidade de encerrar um período muito ruim, muito difícil para a vida dos brasileiros e brasileiras. Vocês até viram um vídeo que viralizou, de uma jovem gritando numa janela pelo falecimento do pai porque faltou a vacina. Então esse tempo acabou.

E a gente vai falar agora do tempo bom, de 45 políticas públicas que já voltaram a acontecer no nosso Brasil, na nossa Bahia, e que trazem condição de vida e de felicidade para o nosso povo. Eu vou citar apenas algumas porque o tempo é curto, mas vou lembrar de muitas mulheres que hoje têm o seu cartão garantido do Bolsa Família para dar aquela melhorada no alimento, principalmente no alimento que precisa adquirir para suas famílias, para suas crianças. E esse Bolsa Família, aqui na Bahia, também, é completado com o valor de R\$ 150 por criança que estuda na escola estadual e mais R\$ 50, se por acaso tiver dois filhos na escola. Então muitas famílias juntam esse valor do Bolsa Família com o Bolsa Presença, que serve para completar e reduzir, assim, esse fenômeno cruel que, lamentavelmente, voltou a acontecer no Brasil, que é o fenômeno da fome.

Hoje, também, nós estamos aqui com um grande projeto que é o projeto Bahia Sem Fome que vamos votar daqui a pouco. Claro que todos os itens que estão aqui propostos nesse projeto de lei dão para fazer um amplo debate, porque envolvem ações de perfuração e distribuição da água, envolvem a questão da produção de alimentos, do apoio à agricultura familiar. São muitas questões que vão na direção da produção e distribuição de alimentos para fazer com que as famílias reduzam a fome.

Mas eu queria falar também da alegria da volta do Programa Minha Casa Minha Vida, porque aquelas obras que já estavam empacadas – não é, deputada Maria del Carmen, deputada Soane, deputado Eures? – já vimos como foi importante nesses primeiros meses de governo o nosso presidente Lula, ao lado do governador Jerônimo Rodrigues, ter feito a entrega dessas casas que há mais de 6 anos estavam lá paralisadas, sem conclusão, sem poder dar às pessoas acesso a uma moradia digna.

A volta do Programa Farmácia Popular; a volta do Programa Luz para Todos; a volta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um programa que faz com

que aqueles que produzem tenham o mercado certo para vender e, assim, assegure a distribuição para aqueles que não têm; a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a reativação do Conselho de Participação Social; a retomada do Fundo Amazônia; a retomada do Programa Mais Médicos, o reajuste do valor da merenda escolar; o reajuste das bolsas das pesquisas científicas, a ciência e a tecnologia encontraram um lugar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: (...) para poderem se desenvolver; a volta da cultura; e outros programas que não dá tempo de relatar neste dia de hoje.

Mas essa é a alegria de celebrar a democracia e continuar a luta para combater o fascismo, o bolsonarismo, o ódio, a violência, tudo de ruim que aconteceu nesse passado bem próximo que a gente botou na lata do lixo para trabalhar por um Brasil justo e feliz.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada Fátima Nunes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, com alegria, usarei 5 minutos, e os outros 5 minutos serão usados pelo deputado Sandro Régis.

Só 1 minuto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, 5 minutos, por favor, marque 5 e 5.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, primeiro, a deputada Fátima aqui... Eu jamais vou impedir que a deputada faça uso da palavra, nem a deputada, por ser uma mulher, nem quem quer que seja, mas eu já falei uma vez, o livro de cabeceira da deputada Fátima tem que ser o Regimento Interno. No Regimento Interno, ela vai poder verificar em que momento...

(A deputada Fátima Nunes se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Deputada Fátima, se quiser mais uma vez usar a palavra, eu permito.

(...) Mas o Regimento Interno, ele é claro, em qualquer momento, em qualquer momento da sessão, o deputado que assim desejar poderá solicitar a verificação de quórum. Em qualquer momento.

Educadamente, eu e todos os outros deputados aqui sempre esperamos. Para não ser deselegantes, nós esperamos que aquele orador termine, mas não existe... Daqui a pouco não vão querer que a gente faça uma verificação de quórum. Tem 13 minutos, se fosse apenas um orador, eu até concordaria em a gente não interromper, mas, a partir do momento em que há uma alternância de orador, a deputada Fátima, ela me questionar, dizer que eu quero interromper a fala dela, isso parece mais uma brincadeira dela.

O artigo, deputada Fátima... Este livro tem que ser de sua cabeceira, já falei, então faça a leitura, faça a leitura. Vou falar sobre a questão de ordem para que isso jamais... Inclusive, para o deputado Rosemberg também: (Lê) “Art. 225 - *Considera-se questão de ordem toda dúvida levantada quanto ao Regimento Interno...*”, pererê-pererê-pererê.

Vamos à verificação: (Lê) “Art. 227-A - *A questão de ordem destinada a verificação de quorum para continuidade de Sessão...*”, foi exatamente o que eu solicitei, “(...) somente poderá ser realizada respeitando-se o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos...”, 30 minutos, ótimo, “(...) da última solicitação, contados do reinício da Sessão, salvo se por Acordo de Lideranças.

Parágrafo único - Uma vez levantada questão de ordem para verificação de quorum, são fixados os seguintes prazos...”, aí vai falar dos 15, vai falar dos 25.

(Lê) “Art. 228 - *As questões de ordem serão resolvidas pelo Presidente...*”, mas, Carlinhos, secretário da Mesa, é... (lê) “Art. 227 – (...) admitirá... outro Deputado, por 5 (cinco) minutos...”, está faltando aqui, (lê) “Art. 227-A - *A questão de ordem...*”, está faltando aqui, “(...) a verificação de quorum...” Mas, conforme o... “I – até 15 (quinze) minutos quando a verificação for solicitada...”.

Eu queria saber só o momento. O momento, V. Ex.^{as} são extremamente inteligentes, é em qualquer momento da sessão que qualquer deputado acreditar, em qualquer momento da sessão que o deputado acreditar que não existe quórum necessário para a continuidade.

Carlos Machado, há 40 anos nesta Casa sendo secretário da Mesa, além do livro, me diz aqui: “Em qualquer momento”, deputada Fátima, deputado Rosemberg. Se V. Ex.^a dividir o seu tempo, educadamente eu permitirei que o orador use o tempo que ele quiser, mas com a alternância de orador, não quer nem que peça... “Ah! enquanto um está vindo, o outro está caminhando”, pelo amor de Deus, aí é brincadeira com a inteligência aqui da Oposição.

Mas veja bem, hoje, deputado José Raimundo... nesse final de semana, chegaram aqui... e na segunda-feira amanhecemos já com esse pacotinho, ainda vem mais maldade, vem mais maldade, vem mais maldade ainda aí. O que é que vai acontecer? Ele encaminhou... Gente, eu queria... Primeiro, antes de falar desses projetos, porque eu vou ter tempo, eu queria falar do Bahia sem Fome.

Quando a gente fala de fome, é um tema extremamente apelativo, social, em que todos, todos no mundo, estarão, deputado Bobô, de mãos dadas. Mas, quando você demora 10 meses para construir um projeto que foi o seu programa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) antes, durante e depois do seu período eleitoral, e você traz um projeto desse, raso, vazio, um projeto que não estabelece metas, um projeto que não credencia quem pode utilizar esse benefício, um projeto que não diz absolutamente nada com nada... São quatro artigos que não fala sobre nada. Quem será beneficiado? Como será beneficiado?...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Qual região que será escolhida? Como será distribuído? O que a gente entende, os deputados aqui da Oposição, é que é um projeto que quer legitimar... Poderia ter tido um pouco mais de expertise, gente, poderia ter se debruçado... Depois

de 10 meses, poderia, pelo menos, tentar enganar de uma forma melhor, mas dessa forma, com quatro artigos que não dizem nada com nada...

Eu queria que os deputados... Ainda vou fazer a leitura desse projeto para que V. Ex.^{as} que não têm conhecimento entendam o que ele é. É um projeto que quer ser exatamente... se fazer... Com a sua tolerância, a sua benevolência de sempre, eu pedi aqui para esclarecer porque V. Ex.^a falou que eu estava errado, eu provei que não estava, “em qualquer momento”.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não falei nada.

O Sr. ALAN SANCHES: Não, foi só no ouvido, na orelhada, mas com sua educação, como sempre, e seu conhecimento legítimo da Constituição e do Regimento.

Mas vejam bem, gente, é um projeto que quer legitimar absolutamente nada. Eu questionei algumas vezes aqui, durante este ano, que esse programa era uma gincana escolar, que não tinha nada. “Ah, eu vou pegar aqui, tragam as cestas básicas, que nós vamos distribuir”. Claro que quem recebe vai ficar feliz, mas um programa, um projeto de Estado não pode ser assim, a gente tem que estabelecer metas, tem que dizer às pessoas que estarão credenciadas ao recebimento desse benefício, porque, senão, isso vira balela, deputado Bobô, isso vira discurso e politicagem.

O que nós não podemos permitir é que um tema tão importante, tão grave como a fome seja tratado com quatro artigos que não falam absolutamente nada. O deputado Bobô, extremamente inteligente, vai fazer o debate sobre esses quatro artigos do projeto aqui comigo.

Eu não falo – com a sua tolerância, 30 segundos, deputado –, eu não falo aqui do tema “fome”, eu falo de um projeto extremamente mal construído, um projeto raso, um projeto infantil, e vamos ter tempo para debatê-lo, sim

Muito obrigado, presidente, pela tolerância, o carinho e o respeito.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em continuidade do tempo, o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, Sr. Presidente, eu quero ver hoje como é que esta Casa vai se portar. Hoje esta Casa, deputado Robinho, vai mostrar quem é obediente ao governador ou quem veio aqui realmente para defender os interesses de quem votou. Vou começar com meu amigo e irmão, deputado Hassan.

Deputado Hassan teve a maior votação histórica que um deputado já teve em Jequié, é filho daquela terra, filho de família tradicional, um exemplo de pai, um exemplo de homem público e comerciante. Será que o deputado Hassan vai votar contra ou a favor do aumento da alíquota do ICMS? Será que o deputado Hassan vai votar contra a associação comercial de Jequié, que já se manifestou contra esse absurdo de aumento?

Aí hoje nós vamos ver, vamos ver hoje quem é o dono do mandato, se é o próprio deputado ou se é o governador. O deputado Raimundinho, empresário, um homem de negócios, um homem bem-sucedido, será que vai ser submisso à vontade do governador ou vai votar a favor da Bahia e a favor de quem ele representa, que são os comerciantes, os empresários deste estado?

E assim eu quero saber também do deputado Felipe, que aqui estava, empresário na região de Guanambi, dono de faculdade. Os comerciantes votaram em massa no deputado Felipe na intenção de ele ter, no seu mandato, a bandeira de gerar emprego e renda. E como é que o deputado Felipe vai votar? A favor da Bahia, a favor dos baianos, a favor do emprego, a favor da geração de emprego e renda ou votar na vontade do governador?

E aqui o deputado Angelo Coronel, empresário, eu sempre o conheci da seguinte forma: “Meu pai e Diego fazem política, e eu toco as empresas”. E aí, deputado, V. Ex.^a vai dar um tiro em seu pé? Porque seu pai, quando era deputado estadual, sempre foi leal ao governo, mas ele sempre teve a coerência de defender o que ele acreditava.

E eu quero saber do deputado Eures, que transformou a Lapa, o deputado Eures transformou Lapa, eu quero saber como é que o deputado Eures vai olhar para os donos dos hotéis, das pousadas, do comércio daquela cidade, aumentando 1,5% da alíquota do ICMS. Eu quero ver como é que esta Casa vai se portar, eu quero ver qual é o grau de submissão dos deputados do governo.

Penalva, V. Ex.^a que faz política em Camaçari, onde o deputado Júnior entrar na campanha de prefeito, vamos entrar juntos. Está ruim para você? Foi o deputado Júnior Muniz que votou no aumento do ICMS, foi o deputado Júnior Muniz que prejudicou o seu comércio, foi o deputado Júnior Muniz que, para agradar a vontade do governador, não teve a coragem de defender o comércio de Camaçari.

Aí, nesta Casa, deputado Alan, nós vamos saber, nós vamos saber agora, deputado Felipe, me perdoe pela ausência de V. Ex.^a, mas acabei de citá-lo, eu quero saber se V. Ex.^a vai defender o comércio de sua cidade, vai defender o comércio de sua região ou se V. Ex.^a vai cravar uma espada no coração do comércio de Guanambi e vai aumentar a alíquota do ICMS?

Então, já citei o deputado Angelo Coronel, porque o pai dele não votava, o pai dele, não tinha quem o fizesse votar, e eu quero ver se ele é da marca do pai dele...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para finalizar, para finalizar, Sr. Presidente, para finalizar.

(...) Eu quero aqui hoje assistir, deputado Júnior, de camarote, quero assistir de camarote aqueles políticos, aqueles deputados que são donos do seu próprio mandato e aqueles deputados que abrem a prerrogativa de defender quem os elegeu para sucumbir à vontade do governador.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. SANDRO RÉGIS: E V. Ex.^a não vai escapar de mim, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir. (Risos)

O Sr. SANDRO RÉGIS: Vitória da Conquista é um dos comércios mais ativos da Bahia. Na campanha de prefeito, a prefeita Sheila, com certeza, vai botar a foto de V. Ex.^a com o deputado Waldenor e o escrito: “Os candidatos do aumento do ICMS.”

Deputado Marquinho, deputado Júnior! Chama aí o deputado Marquinho! Deputado Júnior Muniz!...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concluindo.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Concluindo, para concluir.

(...) Eu quero ver o deputado Marquinho com discurso de regionalista...

O Sr. Marquinho Viana: Um aparte, deputado Sandro.

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) com discurso...

V. Ex.^a se inscreva e venha falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concluindo, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) Com discurso de regionalista...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos concluir.

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) Com o discurso de defender a região. V. Ex.^a vai acabar de falir o comércio dessa terra porque Nelson Leal não está aqui, ele que é o seu adversário lá.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: O deputado Nelson Leal não está aqui, e V. Ex.^a vai levar o carimbo de “deputado desemprego” porque em Iramaia vão dizer...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: (...) “Quem votar no deputado Marquinho Viana está votando no desemprego, está votando no ICMS...”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: “(...) está votando contra a Bahia e contra os baianos.” Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra...

O Sr. Júnior Muniz: Sr. Presidente, questão de ordem, fui citado no discurso...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

O Sr. Júnior Muniz: (...) fui citado no discurso do nobre deputado, eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Júnior Muniz: Meu caro deputado Sandro, fui citado, assim como outros deputados, no seu discurso e tenho certeza de que Penalva vai me acompanhar lá em Camaçari, mas...

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): V. Ex.^a vai dar questão de ordem para todo mundo, o deputado Sandro não ofendeu o deputado Júnior.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem é um direito do deputado, eu não posso julgar o conteúdo, deixa o nobre...

O Sr. Júnior Muniz: Eu fui citado, eu fui citado, eu fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos ouvir, questão de ordem, questão de ordem, Júnior Muniz.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A palavra está com o deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: O ilustre deputado Penalva vai me acompanhar para ver os camaçarienses falando que foi o governo de Jerônimo que trouxe a BYD com cinco prédios para Camaçari, são os governos do nosso presidente Lula e de Jerônimo que estão trazendo hoje para Camaçari a Goldwind, uma das grandes indústrias de energia eólica renovável, de turbina eólica.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): V. Ex.^a tem que ser claro, vai votar contra ou a favor?

O Sr. Júnior Muniz: Então, Srs. Deputados Sandro, Penalva e os outros deputados, podem me acompanhar porque os camaçarienses vão dizer: “Deputado, seja bem-vindo porque foi o governo do PT que transformou a vida dos baianos e das baianas.”

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Não foge, deputado, V. Ex.^a vai votar contra ou a favor do ICMS? V. Ex.^a vai votar como? V. Ex.^a vai votar como?

O Sr. Júnior Muniz: Eu votarei de acordo com a indicação do meu líder, do meu presidente e do meu governador Jerônimo Rodrigues.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): V. Ex.^a vai votar contra o governo de Camaçari.

O Sr. Júnior Muniz: Vou votar com o governo do povo, que é o governo de Jerônimo, e tenho certeza, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua.

O Sr. Júnior Muniz: (...) Para concluir.

(...) os baianos e os camaçarienses vão estar ao nosso lado sempre.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. (Silêncio) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Silêncio) Não tem? “*No have.*”

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Luciano Araújo por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Luciano Araújo.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, para tratar de um assunto muito sério pelo qual vem passando a Região do Sisal. Estávamos passando pelo problema do preço mínimo, nos juntamos aqui com alguns colegas, Ricardo Rodrigues, Manuel Rocha e demais deputados da Comissão de Agricultura e fomos ao ministro da Agricultura, que liberou R\$ 10 milhões para o preço mínimo do sisal, para a Conab, para a compra do sisal pela Conab.

Só que esse problema, Sr. Presidente, veio se agravando com a seca, e o sisal, quando murcha a palha, ele fica sem condições de ser retirado. E hoje, para a nossa surpresa, para ser um fator mais agravante ainda, o Ministério do Trabalho, do governo federal, baixou na Região do Sisal prendendo todos os trabalhadores de motor, segurando os motores, exigindo a regularização daquelas pessoas que trabalham na lavoura.

Claro que ninguém quer aqui o trabalho escravo, claro que ninguém quer aqui o trabalho ilegal, mas o governo federal, o presidente Lula, precisa ser sensível com os produtores da Região do Sisal, com os nordestinos que votaram nele e que o elegeram presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente, eu venho hoje aqui conclamar todos os colegas deputados da nossa região para irmos juntos ao governador do estado, irmos ao

ministro do Trabalho para que os dois resolvam esse problema porque a Região do Sisal vai parar. São mais de 40 municípios que dependem exclusivamente do sisal.

Portanto, eu venho hoje aqui fazer esse desabafo e pedir aos nobres colegas que foram votados na Região do Sisal que se juntem a nós nessa luta pela sobrevivência do sertanejo e do povo da Região Sisaleira.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Luciano Araújo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para o restante do tempo, nosso deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Retorno a esta tribuna ainda no dia de hoje para falar sobre a questão que envolve esse debate, esse tema, de fato, tão polêmico, que trata do aumento, mais um aumento, que vai somar 3% ao nosso ICMS.

Como bem destacado ali, lembrado pelos meus colegas, no final do ano passado já aumentou 1,5% e agora o governo, não satisfeito, vem com mais 1,5%. Obviamente quem vai pagar esse alto preço é o comércio, não só o comerciante, mas quem vai pagar esse alto preço, no final, lá na ponta, como nós sabemos, é o consumidor, principalmente o povo mais sofrido, o povo mais pobre. De maneira enganosa, mentirosa, o PT diz se preocupar com o povo pobre.

Esse é o governo que engana e diz que quer cuidar de pessoas. Como? Cuidar de pessoas permitindo, ou melhor, trazendo mais imposto, mais taxaço, o que obviamente vai aumentar, vai impactar a geração de emprego, coisa que o PT não sabe fazer, gerar emprego. O que o PT sabe fazer é gerar miséria, gerar pobreza.

Obviamente vamos ter também os preços inflacionados, e volto a repetir, a reafirmar: quem paga essa conta, principalmente, é o povo pobre, é o povo pobre, é o povo mais miserável.

Mas eu vi aqui também, tratando de outro assunto, eu vi aqui a deputada Olívia Santana, quero até fazer referência à deputada, tratar da morte da pastora Sara Mariano, o assassinato, melhor dizendo. Nesse aspecto da gravidade desse assassinato, de como ocorreu, como se deu, eu espero, deputada, que o sujeito, o assassino seja punido. Da minha parte, se pudesse, ele ficaria lá preso e só sairia da cadeia morto, prisão perpétua.

Para esses tipos de crime que ocorrem, como esse assassinato, nas condições em que se deu, estupro, estupro de vulnerável, abusos diversos, nós temos de lutar para que, de fato, a punição seja exemplar.

Então, fica aqui a minha sugestão. Embora nós aqui, na Assembleia, não possamos tratar de punição sobre crimes porque quem legisla sobre Direito Penal e punição são a Câmara dos Deputados e Senado, fica aqui a sugestão para esta Casa, para que possamos, pelo menos, sugerir, em Brasília, que possamos fazer uma mudança na nossa legislação penal, na nossa legislação criminal, porque o que nós temos neste país é exatamente a perspectiva da impunidade.

Por que um sujeito como aquele é capaz de assassinar a esposa dele? Perspectiva da impunidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Por que o crime, por que o nosso país, a nossa Bahia está mergulhada no crime, crimes de todo tipo? Perspectiva da impunidade.

Eu solicito, peço até aos partidos de esquerda, Psol, PCdoB, PT, vamos aprovar leis para que, de fato, possamos diminuir essa impunidade, aumentar leis, ou melhor, aumentar penas para que estupradores, assassinos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) possam passar a vida deles na cadeia. E vamos sair desse discurso e ir para a prática, porque lugar de bandido é na cadeia, é o que nós queremos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Leandro de Jesus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente... Sr. Presidente, falará por 7 minutos o deputado Emerson Penalva e, pelos outros 7 minutos restantes, o deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, líder. Então...

O Sr. Alan Sanches: Por 7 minutos, Penalva; 7 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Penalva; em seguida, Robinho.

O Sr. PENALVA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados profissionais da imprensa aqui presentes, eu tenho ouvido aqui de colegas algumas críticas injustas ao prefeito Bruno Reis. Talvez eles queiram levar o modelo de 17 anos do governo PT da Bahia para a Prefeitura de Salvador, então, uma nobre colega, há pouco, elencou 45 programas do governo federal. Parabéns por esse trabalho, deputada.

Eu elenquei aqui, por coincidência, 44 problemas da gestão PT nos 17 anos de governo. Não haverá tempo para eu falar e discutir cada item, mas vou citar aqui, pelo menos, uns 13, para coincidir com o número 13 do PT. Eu vi em um blog, em um discurso do então governador Rui Costa, ele dizer que o único pedido que o ex-governador Jaques Wagner tinha feito a ele era que fosse melhor do que ele. E ele, com seu jeito educado e gentil de ser, com a presença de Jaques Wagner no palanque, diz que conseguiu ser melhor do que Jaques Wagner.

Eu acho que ele deve ter dito ao governador Jerônimo que continuasse com o ritmo “correria”. Eu não sei se o governador Jerônimo entendeu bem o que significava “correria”, não sei se entendeu que a correria era encaminhar 15% do número de projetos enviados pelo Executivo para esta Casa, que foram mais ou menos 30 projetos, 15%, quatro projetos de empréstimo para sanear os cofres públicos do governo estourados na pré-campanha e na campanha do governador Jerônimo Rodrigues.

Foi dito ontem, pelo secretário de Relações Institucionais, o secretário Caetano, que todos os municípios da Bahia receberam R\$ 30 milhões. Eu não sei se Salvador recebeu, mas veja bem, coisa de R\$ 10 bilhões em convênios não estão sendo pagos.

Eu vejo aqui comemorações pelo governador ter feito alguma coisa na cidade de Salvador. A capital Salvador é do estado do Rio de Janeiro, do estado de São Paulo, é

de algum país, que o governo não pode trabalhar aqui? As pessoas que moram em Salvador pertencem também à população baiana? Porque é dever, obrigação, do governador, seja ele de qual for o partido, trabalhar pelo estado, fechar os olhos da política da eleição e abrir os olhos do coração para atender a população baiana como um todo, afinal, ele é governador do estado.

Mas, voltando aqui para a correria que eu acho que Rui Costa pediu a Jerônimo, ele correu e deixou o servidor público com pífio aumento de salário; ele correu e deu ao servidor público um aumento do Planserv, por sinal, decaindo ainda mais o serviço prestado pelo plano de saúde; ele correu e deixou a população aprisionada por falta de segurança no estado da Bahia, principalmente na nossa capital; ele correu e trouxe o segundo aumento, para bater o recorde, de ICMS em apenas 1 ano; ele correu e conseguiu sucatear ainda mais o transporte público da região metropolitana, e não tem ainda uma solução para os *ferryboats* sucateados que fazem a linha Salvador-Itaparica, e nem para o VLT do Subúrbio Ferroviário.

Isso é cuidar de gente? A essa narrativa, essa narrativa de quem cuida de gente, o povo de Salvador já deu a resposta em 2022, quando deu 65% da votação a ACM Neto e 35 a Jerônimo Rodrigues. Então, essa foi a resposta. Quando eu vejo aqui críticas a Bruno Reis, críticas... Claro, uma cidade como Salvador tem problemas, tem vários problemas para serem solucionados, mas houve um avanço muito grande nos últimos 10 anos.

A correria, que eu acho que Jerônimo Rodrigues ouviu como conselho de Rui Costa, foi para não pagar os convênios firmados na sua pré-campanha; foi para não pagar as medições feitas pelas empresas que estão fazendo estradas que foram licitadas em 2022, para fazer o carnaval de obras, para fazer uma eleição enganosa para o povo da Bahia.

Talvez, não canso de dizer aqui, a narrativa agora seja a da Ponte Salvador-Itaparica e dessa fábrica de carro que vai chegar, meu nobre colega Júnior Muniz, a Camaçari. Eu espero que essa fábrica não seja, relembrem vocês, como a da JAC Motors. Não tinha em Simões Filho? Foi feita aquela presepada de enterrar carro, carro com CD, carro com aquele tijolão que saiu, PT-550, e quando foram atrás do carro, nem pó, nem pó, acharam.

Esses são os 17 anos do PT na Bahia, onde nós temos, hoje, 52% da população abaixo da linha de pobreza. Isso é cuidar de gente! Nós somos o campeão de desemprego...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Brasil; nós somos o campeão de insegurança no Brasil; e nós somos o penúltimo estado em educação do Brasil. Isso é cuidar de gente! Isso é que é uma administração louvável, essa é a administração que o povo quer levar para a capital, para Salvador? Será que é isso que o povo de Salvador quer? O povo de Salvador, e de 17 das 20 grandes cidades da Bahia, disse não...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a esse tipo de gestão. Não ao PT!

E fica um alerta aqui, cuidado, cuidado, meu querido colega Robinson. Talvez o marqueteiro esteja te orientando para você bater em quem tem 80% de avaliação para prejudicar você na escolha e não ter narrativa para ser o candidato a prefeito em 2024.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. PENALVA: Cuidado meu amigo, muito cuidado com esse tipo de orientação desses marqueteiros porque isso pode ser um fogo amigo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. PENALVA: Então, senhoras e senhores, Salvador está atenta, Salvador não vai se render à narrativa da enganação, do estelionato eleitoral. Salvador cresceu e vai continuar crescendo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. PENALVA: Um forte abraço para todos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando continuidade, pelo tempo restante, o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Mais uma vez, boa tarde aos amigos, boa tarde, presidente. Como diz a minha colega, aqui, nesta Casa acontece de tudo. A minha colega Fátima Nunes disse que aqui acontece de tudo; acontece de burguês virar pobre e de branco virar negro. Aqui acontecem essas coisas, é inversão de valores.

Bom, vamos à nossa discussão aqui. Hoje, o tema importante da nossa discussão é a questão do Bahia sem Fome, é a política de combate à fome. Na realidade, é um discurso muito importante, é um discurso primordial. Eu não posso falar de fome, nunca tive fome na minha vida, mas imagino que a pessoa passar fome é algo, assim, deprimente. E não posso, de qualquer forma, em meus discursos, me contrapor a qualquer posicionamento quando se fala que é para acabar com a miséria ou diminuir a pobreza das pessoas. Então, sou favorável a esse projeto.

Agora, acredito que nós não podemos, num projeto tão importante quanto esse para o povo baiano, ter quatro critérios. Vou ter que, resumidamente, falar sobre o escopo da proposição: (Lê) “visa instituir o Programa Bahia sem Fome e criar Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome do Estado da Bahia”. Não falou nada, é um item. Eu não sei se os colegas têm o projeto, eu estou, aqui, com um resumo na mão. Esse é o primeiro item, não falou nada.

O segundo item aqui: (Lê) “O enfrentamento da fome é um grande desafio que exige engajamento e união de esforços entre o Poder Público e a sociedade civil”. Também não falou nada este aqui. Qual é a regra? Como vai ser o critério que vai fazer essa política para aplicar esse dinheiro?

Vamos para o terceiro item. O terceiro item: (Lê) “Receber a doação de alimentos, insumos, valores e produtos a serem destinados ao combate à fome.” Também não criou, aqui, nenhuma regra, nenhum critério ou um modelo de fazer uma política de combate à fome.

E o último critério aqui: (Lê) “O Programa Bahia Sem Fome será realizado com recursos financeiros do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, o Funcep.”

Bom, o Funcep foi criado lá atrás, e como é que funciona o Funcep? Vamos supor: o governo do estado tributa bebidas em 25%. O governo vai tributar em 27%, 25% são do governo e 2% vão para o Funcep. Vamos supor que o governo tributa

armas em 38%. Aí, ele vai tributar em 40%, 38% são do governo e 2% são do fundo. Esse recurso do Fundo é o recurso que vai ser investido nesse projeto que está em discussão, que nós estamos aqui para discutir e aprovar.

Agora, o item importante, existem na conta desse fundo R\$ 500 milhões, e há 10 meses o governo vem pedindo o apoio da sociedade civil, pedindo o apoio de empresários, pedindo o apoio de pessoas para que façam doações de cesta básica. E como, Penalva, estão sendo distribuídas essas cestas básicas durante os 10 meses? Ele vai a uma liderança política lá de Ipiaú, chama a liderança política e fala: "Vou lhe entregar 10 ou mil cestas básicas". Sem critério, sem nenhuma análise. O cara vai receber as mil cestas básicas e vai entregar ao seu bem-querer.

Então, é um programa que não tem critério. Por exemplo, o Bolsa Família, pelo menos tem um cadastro, uma forma de entrega. Então, na realidade, sou favorável por causa do discurso, agora é um programa, em resumo, de compra de voto, para que o governo possa investir da forma que quiser, gastar da forma que quiser, distribuir ao seu bel-prazer. Nada mais, nada menos do que isso.

Aproveitando meu tempo, esse é o discurso do momento. Agora, quero falar aqui sobre o governo Jerônimo, que este ano apresentou várias propostas de empréstimos. O primeiro empréstimo, de 400 milhões, na Caixa Econômica Federal, foi aprovado no dia 24 de agosto. O segundo empréstimo, foram dois numa aprovação só, de US\$ 150 milhões, portanto, R\$ 750 milhões. O terceiro, no dia 26 de setembro, de US\$ 100 milhões, ou seja, R\$ 500 milhões, e mais US\$ 18 milhões, ou seja, R\$ 90 milhões.

Nós, neste ano, já com esse projeto que está em votação, estamos dando um cheque em branco para o governo de 3,3 bilhões em empréstimos. Então, amigos, eu não estou aqui para fazer a política do quanto pior melhor ou a política da Oposição. Estou fazendo minha função! Fui eleito para fazer meu discurso, para mostrar o que está certo e para mostrar o que está errado.

Agora, se nós estamos aqui simplesmente para bater continência, para aprovar um projeto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de combate à fome que não tem critério, não tem regra, para aprovar empréstimos já na ordem de R\$ 3,3 bilhões... E nos pedidos dos empréstimos não diz onde será aplicado o dinheiro! Então, o que nós estamos fazendo aqui é, simplesmente, a inexistência dos deputados ao dar um cheque em branco para o governo.

Então, espero ter a oportunidade para falar mais, discutir, porque são assuntos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de extrema importância e precisamos dar uma atenção muito grande para essa discussão, inclusive, Zé Raimundo, amigo, presidente, sobre esse aumento de mais 1,5% sobre o ICMS, performando-se já, nesse governo, 3% de aumento sobre o ICMS.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Usarei apenas 3 minutos, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Presidente, eu quero, aqui, neste momento, parabenizar o Governo do Estado da Bahia e a Fundação Hansen Bahia pela organização, deputado, presidente, Zé Raimundo, do evento que aconteceu nesse final de semana, na cidade de Cachoeira. De quinta a domingo, aconteceu um evento organizado pela Fundação Hansen e 80 mil pessoas passaram por aquele local.

Se demonstrou importante a formação de leitores, importante as expressões culturais, importante levar crianças, jovens e adultos à consolidação do conhecimento. Realmente, é um evento que, hoje, é a segunda maior feira do Norte e Nordeste, apenas perdendo para a Festa Literária Internacional de Paraty.

Então é um orgulho para Bahia e, principalmente, para o governo da Bahia ter apostado e patrocinado esse evento, junto com outros patrocinadores como Caixa Econômica Federal, Acelen e outras instituições. Realmente, é um evento que nos deixa extremamente orgulhosos. Estiveram presentes o governador e diversos deputados como Pablo, Fabíola, Olívia, Maria del Carmen e outros. Diversos parlamentares passaram por lá. Então, esse é um projeto que nos orgulha.

Gostaria de dizer que nós vamos encaminhar o projeto de lei. Trata-se de requerimento de urgência para a aprovação do ICMS. Eu iria apresentar dois requerimentos. Vamos apresentar apenas o do ICMS. Não é nada extraordinário. A alíquota equipara-se à alíquota do estado de Pernambuco numa competição igual. E a arrecadação é para distribuir em ações para o povo da Bahia.

E, por último, há o projeto de combate à fome. Quanto a esse, nós aprovamos o requerimento na semana passada. E eu espero que a gente possa contar com o voto de todos os parlamentares presentes.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

(Lê) “*Requerimento nº 10.314/ 2023*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do artigo 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.091/2023 de autoria do Poder Executivo, que ‘Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica, e dá outras providências’.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”

Para encaminhar, com a palavra o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo regimental de 5 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Antes do encaminhamento, eu queria contabilizar os 32 deputados presentes para quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, ele tem que, primeiro, fazer o encaminhamento. Na hora de colocar em votação, é quem vai fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Deixa eu fazer só um questionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Não. Espera, aí, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Ele vai encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar.

O Sr. Alan Sanches: Esperem. Deixa eu falar uma coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a fez a leitura de quê?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Do requerimento.

O Sr. Alan Sanches: Para quê?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para colocar em votação.

O Sr. Alan Sanches: Eu estou fazendo. Agora, se precisa falar em votação para ter a verificação, para que V. Ex.^a continue, para que eu possa encaminhar para a minha bancada, eu preciso saber se eu vou poder ter votação.

Então, para encaminhar, antes, eu preciso saber do quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o líder Rosemberg para uma questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, há o seguinte.

Para atender à questão de ordem solicitada pelo deputado Alan, eu queria chamar todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes em Plenário para a gente poder atender à verificação de quórum de votação do requerimento de urgência que foi apresentado. Este é o projeto que diz respeito à urgência do ICMS.

Solicito, a V. Ex.^a, Sr. Presidente, marcar o tempo de 25 minutos e pedir as presenças de todos os parlamentares no Plenário para iniciar o processo de contabilização dos votos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

A Secretaria da Mesa, através do controle tecnológico, vai zerar o painel e marcar o tempo de 25 minutos regimentais para que possamos dar continuidade à sessão.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem solicitada pelo companheiro Hilton.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Ele, deputado Hilton Coelho, tem de marcar a sua presença, ou seja, tem de dar a presença.

O Sr. Hilton Coelho: Estou na fila.

O Sr. Rosemberg Pinto: Já marcou?

(O Sr. Hilton Coelho registra a sua presença em Plenário.)

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, nós estamos, a meu ver, em um dia histórico da votação deste projeto que tem um enorme significado para a Bahia, claro, significado para todo o país.

Queria parabenizar a deputada Maria del Carmen pela proposição, já em início dos trabalhos da comissão, da Frente Parlamentar de Combate à Fome. Acredito que ela vai ter muito trabalho, porque a fome, enquanto fato social no nosso país e na Bahia,

como retrato muito duro disso, tem diversas facetas. De fato, é um fenômeno muito complexo e precisa do tratamento desta Casa, não apenas na definição do que vai ser a lei, do que vai dar os parâmetros para tratar a situação no nosso estado.

Inclusive, de forma azeitada, que se possa estabelecer os fluxos dos recursos federais para que eles possam alimentar os programas nas diversas iniciativas, deputada Olívia, no estado da Bahia, mas também, no debate da sociedade e nas diversas regiões, claro, para o enfrentamento da fome, esta chaga que penaliza, duramente, com a situação da insegurança alimentar grave, nada mais nada menos que 1,8 milhão de baianos e baianas.

Portanto, nós não podemos entender que este fato social, ou seja, a fome, na Bahia, aconteça de maneira uniforme em todo estado.

Nós estamos em um estado que é complexo, é composto e é o estado mais rural do Brasil. Ao mesmo tempo, a Bahia contém uma superconcentração de pessoas em determinados centros urbanos do nosso estado, concentrando o grosso da nossa população, portanto, também, o problema da fome, especialmente na cidade de Salvador. Então, de fato, nós vamos precisar de uma intervenção desta Casa em uma sintonia muito fina com a sociedade.

Mas, obviamente, o projeto, a ser aprovado, ele precisa antecipar um conjunto de situações. Logicamente, este projeto vai ter o nosso voto a favor. Ele está referenciado para um conjunto de parâmetros que são nacionais.

Nós entendemos que este PL poderia estar mais detalhado, porque isso vai facilitar a sua implementação para responder a uma situação que, como alguns deputados já falaram, é inadiável. Como diria o presidente Lula: “Quem tem fome tem pressa.” A fome é um problema inadiável, portanto.

Nós queríamos, apenas, começar o debate em relação, não apenas a este projeto, mas à sua implementação, pois vai precisar, com certeza, de uma série de correções de rumo no curso da sua implementação. Nós não vamos ficar esperando o PL perfeito para enfrentar a situação, nem para aprovar. Mas nós precisamos estar abertos à correção dos seus rumos no curso da sua implementação.

Então, eu queria relacionar alguns elementos aqui, porque eu acho que esses elementos são importantes para que estejam na ata desta nossa sessão, a fim de ser referência para a Frente Parlamentar de Combate à Fome como, por exemplo, contribuir com a discussão e com a reelaboração.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Hilton Coelho: Para concluir, então, há de se ter uma referência mais detalhada e com metas relacionados à melhoria do índice de segurança alimentar e nutricional do nosso estado. Faltam metas mais detalhadas, Sr. Presidente.

O outro item é o fortalecimento da política participativa com a integração dos conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional, assim como do estadual e nacional; a formação de um comitê intersetorial que trate essa agenda de forma transversal.

Mas tem um ponto que eu trago também, Sr. Presidente, só para concluir, que é o problema do direito à água. Nós sabemos que, primeiro, a água deve estar presente. É importante que a água esteja no programa do governo, como a consideração de um

alimento que, obviamente, é indispensável, não apenas para o consumo das pessoas, para a própria produção dos alimentos.

Então, a notícia que chega, pela imprensa, é sobre os altíssimos índices de concentração de agrotóxicos. Esses índices foram verificados, especialmente, no Cerrado, comprometendo o ar do Cerrado, por exemplo.

Há notícias dos índices que nós temos de permissão de exploração da água por grandes empresas, cerca de 5,2 trilhões de litros de água por ano que são oferecidos às 50 empresas. Isso representa a metade do consumo de toda população brasileira. Esse não é um elemento que deve ficar marginal nos nossos debates sobre a fome na Bahia.

Portanto, nós precisamos entender a implementação deste programa como um programa de combate à grilagem de terras e de estímulo à produção popular; não apenas do ponto de vista da agricultura, mas, também, de uma indústria popular que seja fortalecida a partir da implementação destes programas e desta nova lei e do aporte que vai existir dos recursos federais para o próprio Governo do Estado da Bahia.

Precisamos fazer, só para concluir, Sr. Presidente, por exemplo, um debate sobre as terras devolutas na Bahia e a importância de nós termos, para concluir, de novo, a democratização da posse do uso da terra no nosso estado, para enfrentar, de maneira estrutural, a fome.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Hilton Coelho.

Em votação o Requerimento nº 10.314/2023.

Os Srs. Deputados que...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O deputado não pediu a palavra, gente! Ele está ali.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, antes de pedir a verificação de quórum, o secretário da Mesa já teve, inclusive, uma discussão com o deputado Rosenberg para que eu fizesse o encaminhamento. Eu falei que ia encaminhar após a verificação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Agora sim. Solicitada a questão para encaminhamento.

Nobre deputado Alan Sanches com a palavra.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, deputados, deputadas, nesta semana, agora, na segunda-feira, nós amanhecemos com o projeto do ICMS já na pauta.

Se V. Ex.^{as} estiverem com a memória bem refrescada, bem refrescada, nós vamos lembrar que há um projeto que, inclusive, o líder do Governo queria trazer, que é o da polícia, o benefício do prêmio dos policiais. Mas, em nenhum momento, o governo do estado pensou nos policiais. Não pensou em trazer esse projeto, que já está aqui há algum tempo, querendo pedir a dispensa de formalidade, que nós dissemos: “Vamos seguir os prazos regimentais”. Mas o governo poderia ter pedido um requerimento de urgência e ter votado esse prêmio dos policiais!

E, depois, o governo do estado vem questionar por que a segurança encontra-se dessa forma. Esse é o questionamento e a prioridade... Eu tenho 5 minutos. V. Ex.^a está com a mãozinha nervosa, presidente, mas eu tenho 5 minutos para fazer meu encaminhamento. Ele está com a mãozinha nervosa ali.

Mas, veja bem, esse mesmo requerimento em que ele quer fazer a votação de um aumento, da majoração, da inflação, da destruição da economia, ele poderia ter feito para incentivar os nossos policiais. Nós passamos por uma crise enorme na segurança pública da Bahia. Enorme! E nós, da Oposição, estamos dando, inclusive, uma certa, entre aspas, “trégua” ao Governo e à segurança pública, para que possam encontrar o caminho. Mas o Governo não prioriza a segurança pública, mais uma vez, demonstrado, nesta sessão de hoje, quando apresenta esse requerimento – apresentou já o requerimento do Bahia Sem Fome – que não priorizou o prêmio dos policiais.

Apresenta agora o requerimento do ICMS, que entrou agora, senhoras e senhores! Não há cabimento. O projeto tem 24 horas na Casa e já é apresentado um requerimento de urgência, quando deveria ter priorizado o prêmio dos policiais! Mas não faz isso. Fez do Bahia Sem Fome, na semana passada, e agora, com 24 horas, eles já pensam em arrecadar.

Sabe por que o governo faz isso? O governo faz isso porque ele não quer o desgaste com a população! Ele não quer que a população tome conhecimento do que vai acontecer na nossa economia. V. Ex.^{as} andam pelo interior; V. Ex.^{as} andam pela nossa capital; e o que nós vemos são empresas fechando, comércios fechando, diversas casas comerciais para alugar, porque não aguentaram a situação econômica do nosso estado e do nosso país. Mas, ao invés de incentivar de alguma forma a economia do estado, o que o governo faz é o contrário. No afã de arrecadar e penalizar os comerciantes, os empresários, ele aumenta, mais uma vez, o ICMS.

Eu queria chamar a atenção de V. Ex.^{as} porque nós já tivemos, em março, esse aumento. Em menos de 7 meses, primeiro, ele aumentou o ICMS, para refrescar a memória, de 17% para 19%, começou a vigorar em março. Quando chegam 7 meses depois, mais uma vez, ele aumenta o ICMS mais 1,5%. No total, este ano, o aumento no ICMS é de 3,5%. Amigos, amigas, é assim que o governo do estado quer melhorar e avançar com a nossa economia? Quer colocar o nosso estado em um local de competitividade? Quer colocar o nosso estado na atração de investimentos? Não. Cada dia mais, nós perdemos investimentos para outros estados, como o Espírito Santo, que tem incentivos para que levem as suas empresas para lá.

A gente vai apresentar aqui, na prefeitura, um pacote de incrementos para estimular a economia...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Alan Sanches: Eu tenho 2 minutos e 51 segundos ali.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É porque é requerimento de urgência, diminui o tempo de 10 minutos para 5 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Mas estava marcado ali meu tempo e eu fui seguindo de acordo com o tempo estabelecido por V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Alan Sanches: Então eu queria, diante de tudo isso, dessa excrescência, essa infelicidade, essa tristeza do governo do estado de colocar mais um aumento, penalizando a nossa sociedade, o nosso povo baiano que já sofre com o desemprego, eu queria botar na reflexão desses colegas deputados, principalmente da Base do Governo, que refletissem se é assim que vão tratar o seu comércio, os seus amigos, os

comerciantes, aquelas pessoas que acreditaram em cada um de V. Ex.^{as}, em cada interior do estado.

Com isso, o nosso encaminhamento é para a votação contrária a esse requerimento de urgência do ICMS.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches. Pela tolerância, deixei V. Ex.^a falar.

O Sr. Samuel Junior: O deputado Matheus quer encaminhar o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É regime de urgência, não pode. Regime de urgência só os líderes podem encaminhar.

Em votação o Requerimento nº 10.314/2023.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu queria que V. Ex.^a registrasse o voto de quem é a favor e de quem vota contra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, voto contrário. A Mesa registrará os votos contrários.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Tem de contar os votos a favor!

O Sr. Alan Sanches: Votos contrários: deputado Alan Sanches; deputado Hilton Coelho; deputado Samuel Junior; deputado Sandro Régis; deputado Penalva; deputado Robinho; deputado Leandro de Jesus.

Significa que os outros presentes nesta sessão votaram a favor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovado pela ampla maioria.

(Lê) “REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2023”.

Sr.^{as} e Srs. Deputados que concordam...

O Sr. Robinho: Presidente, pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem.

O Sr. Robinho: Eu imagino que para você passar um projeto de lei aqui, você tem de ter maioria. Como a gente sabe se teve maioria?

O Sr. Rosenberg Pinto: Pediu verificação de quórum...

O Sr. Robinho: Não, verificação de quórum não significa que votou favorável...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os Srs. Deputados que concordam com a prorrogação da presente sessão permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 25.084/2023, do Poder Executivo, que (lê) “*Institui o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, na forma que indica, e dá outras providências.*”

Para relatar, a nobre deputada Maria del Carmen.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu queria informar a V. Ex.^a que já há quatro inscritos para a discussão do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos ao relatório da parecerista, Maria del Carmen.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Como presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome na Bahia, passo a relatar o Projeto de Lei nº 25.084/2023.

(Lê) “PARECER

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Agricultura e Política Rural; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.084/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘institui o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, na forma que indica, e dá outras providências.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, ‘visa instituir o Programa Bahia Sem Fome e criar a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome no Estado da Bahia, a fim de garantir às pessoas o acesso a alimentos em qualidade e quantidade necessárias à efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável’, segundo registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, na qual ressalta ainda que ‘o enfrentamento da fome é um grande desafio que exige o engajamento e união de esforços entre o Poder Público e a sociedade civil, por isso o Governo do Estado trata, com prioridade máxima, o compromisso de promover a segurança alimentar e nutricional das pessoas, mormente em situação de vulnerabilidade social’, e ainda que ‘as ações intersetoriais de órgãos e entidades estaduais e a participação ativa da sociedade civil conduzirão políticas públicas capazes de garantir alimento e dignidade às famílias baianas.’

O Programa terá como princípios e diretrizes, dentre outros: o fortalecimento do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em especial, com ações de cooperação federada com Municípios e a União no combate à fome; a estruturação de ações de estímulo e apoio à produção e distribuição de alimentos saudáveis, mediante estruturas de produção, abastecimento, distribuição e regulação desses produtos; o incentivo ao envolvimento dos diversos segmentos da sociedade civil em ações voltadas à aquisição de alimentos, insumos e equipamentos necessários ao preparo e distribuição de alimentos à população socialmente vulnerável do Estado; o incentivo à inclusão social e transferência de renda; o apoio à garantia de acesso à água de qualidade para consumo humano, produção e abastecimento e a tecnologias hídricas de captação e armazenamento; o apoio ao fortalecimento e autonomia da agricultura familiar e camponesa e da agricultura dos povos e comunidades tradicionais; o incentivo à implementação de cozinhas comunitárias e solidárias, de bancos de alimentos e de restaurantes populares; a implementação e gestão de alimentação escolar e de aquisição de alimentos, observada a legislação específica; o incentivo à implementação de tecnologias sociais de produção de alimentos saudáveis e reaproveitamento de alimentos; o fomento à agroecologia e produção orgânica; e o incentivo à implementação de agricultura e hortas urbanas e periurbanas.

O projeto define ainda as atribuições dos órgãos envolvidos na execução do Programa, como a Casa Civil, por meio da Coordenação Geral de Ações Estratégicas

de Combate à Fome, bem como dos órgãos e entidades públicas participantes, de acordo com suas competências.

O controle social...”, falado aqui por alguns que me antecederam, “(...) referente ao acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Bahia Sem Fome será realizado, entre outros, pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-BA, órgão integrante do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que o Programa será realizado com recursos financeiros do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP.

No que respeita aos critérios para distribuição dos recursos, o Programa deverá observar aqueles definidos para inscrição no CadÚnico, o sistema de registros do governo federal que identifica as famílias de baixa renda do Brasil, e que são: ser o Responsável Familiar da casa (preferencialmente, mulher); possuir renda mensal máxima por pessoa de meio salário-mínimo; e possuir renda superior, porém interessado em algum benefício que utiliza o CadÚnico.

Cuida, por fim, a proposição, de promover diversas alterações na Lei nº 11.046/2008, que dispõe sobre a Política e cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, de modo a possibilitar a melhor execução do Programa.

Trata-se, enfim, de matéria de relevante interesse público e de inquestionável caráter social, principalmente quando consideramos que, na Bahia, 1,8 milhão de pessoas estão vivendo com insegurança alimentar grave, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, conforme registra o site Bahia Sem Fome, do Governo do Estado, o qual ressalta ainda o enorme contingente de brasileiros nessa situação – mais de 33 milhões de pessoas.” Hoje, acometidas dessa grave chaga social. Também foi muito comentado que esse projeto só teria quatro artigos, essa lei é constituída por 17 artigos...”

Concluindo.

(Lê) “O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de seu caráter altamente meritório, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2023.”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão no âmbito das comissões. Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, chamada nominal das comissões.

(O deputado Júnior Muniz se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não entendi.

O Sr. Samuel Junior: Deputado, isso aqui não é prerrogativa do líder, não, isso é prerrogativa de qualquer parlamentar.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do nobre Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Deixe aí. Sr. Presidente... Presidente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, pois não, nobre líder Alan Sanches, com a palavra.

O Sr. Alan Sanches: Eu acho que não precisa passar por cima de tudo. V. Ex.^a tem sido perfeito, tenho que dizer isso, extremamente regimentalista. Acabou de ser lido o parecer, quando se lê o parecer, o que nós queremos... Eu não vou nem discutir o parecer, eu quero discutir o projeto, eu já estou dando esse tempo, eu não vou discutir o parecer, eu vou discutir o projeto, eu estou inscrito.

Mas o que eu gostaria é que tivesse, pelo menos, a quantidade suficiente de deputados no âmbito das comissões. Então, eu quero o quórum no âmbito das comissões, isso é claro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Prontamente, o encaminhamento.

Comissão de Constituição de Justiça: Maria del Carmen; Júnior Nascimento, Alan Sanches, que acaba de pedir quórum, Euclides Fernandes; Felipe Duarte; Ivana Bastos; Matheus Ferreira e Vitor Bonfim. Há quórum na CCJ.

Comissão de Infraestrutura, vamos à chamada: Eduardo Salles; Pedro Tavares; Bobô, Cláudia Oliveira; Eures Ribeiro; Marquinho Oliveira; Penalva; Raimundinho da JR; Kátia Oliveira; Maria del Carmen e Robinson Almeida.

Agora vamos à Agricultura: deputado Manuel Rocha; Ricardo Rodrigues; Fátima Nunes; Luciano Araújo; Marquinho Viana; Neusa Cadore; Pedro Tavares; Tiago Correia, Eduardo Salles, Jordavio Ramos, Laerte do Vando e... Paulo Rangel. Paulo Rangel, Paulo Rangel, Paulo Rangel está ali... Ricardo, Fátima, Luciano Araújo, Marquinho Viana e Paulo Rangel, 5.

Vamos agora à Comissão de Educação: Olívia Santana, Penalva, Felipe Duarte, Hilton Rocha, Jurailton Santos, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Soane Galvão, Fabíola Mansur, Pancadinha, Sandro Régis e Zé Raimundo.

Agora, Comissão de Finanças: Vitor Bonfim, Tiago Correia, Angelo Coronel Filho, Bobô, Hassan, Paulo Rangel, Robinho, Zé Raimundo.

Portanto, há quórum no âmbito das comissões.

Sr.^{as} e Srs. Deputados que são favoráveis ao relatório, ao parecer da nobre deputada, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para a discussão no âmbito do Plenário, o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo regimental.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deixa eu falar uma coisa, vou ser bem claro aqui com os colegas, sabe que sou bem afetuoso com todos, tenho um entendimento aqui e entendo todos os movimentos de todos os 63 deputados, mas peço também que V. Ex.^{as} entendam os movimentos da Bancada da Oposição.

A Bancada da Oposição, durante todo esse período legislativo de 10 meses, trabalhou, ajudou diversas vezes o deputado Rosemberg, dessa forma, ajudando o governo do estado, e até hoje nós não tivemos, eu acho que foi noticiado isso, os deputados da Oposição estão sem o cumprimento constitucional das emendas legislativas.

Passamos aqui, enfrentamos uma eleição rigorosíssima no período passado, eu volto a dizer que eu entendo todos os movimentos, acho legítimo de qualquer um, mas V. Ex.^{as} vão ter que respeitar o nosso direito de falar, isso não quer dizer que eu sou contra o deputado Angelo Coronel, como pessoa, mas temos um pensamento diferente, quando a discussão é política. Não existe nada diferente disso. Não seremos agressivos, como nunca fomos; não iremos para o pessoal, como nunca fomos. Mas é um direito legítimo discutirmos os destinos da nossa Bahia.

Nós não temos sequer o pagamento de R\$ 100 mil de uma emenda. Estão dizendo agora que serão em torno de R\$ 6,3 milhões no próximo ano. Inclusive, assinei um adiamento para que a gente faça uma prorrogação, por mais 15 dias, da inscrição das emendas orçamentárias.

Eu pergunto: que fantasia é essa ainda? Mas eu assinei. Não quero que a Oposição seja responsável por qualquer bloqueio das emendas parlamentares. Eu estava no último local ali da mesa e o deputado Rosemberg estava no último local aqui dessa ponta. Aqui, desta tribuna, na leitura da mensagem do governador Jerônimo, eleito de forma republicana, disse em alto e bom som: “Eu estarei fazendo o cumprimento das emendas parlamentares, porque eu entendo que é legítimo, é um direito de todos”. Mas isso não foi feito.

Então, o deputado Rosemberg não pode ficar chateado por falta de acordo. Eu não posso fazer acordo com quem não cumpre acordo conosco. Não é o deputado Rosemberg que eu sei que tem sido um grande lutador e defensor. O deputado Zé Raimundo, o deputado Paulo Rangel, o deputado Robinson Almeida, vi outros deputados também que estão defendendo o pagamento das emendas – eu tenho que ser correto em reconhecê-los –, mas isso é uma coisa desnecessária.

Eu não posso levantar obstrução ou colocar obstrução por acordo de uma coisa que é direito nosso, gente! Não está aqui em pauta uma discussão sobre pagar ou não pagar emenda. Isso é direito legítimo nosso, mas não é cumprido. “Ah! Vou lhe dar uma bolada!” Eu não quero nada disso. Eu quero que cumpra o direito. Se for para cumprir que eu não vou ter direito a nada, isso faz parte, amigos. Faz parte ser oposição e não ter direito. Se eu tenho direito, eu quero que cumpra da mesma forma que eu tenho obrigação de estar aqui; e por isso, eu estou.

Então, quero dizer a V. Ex.^{as} que o Bahia Sem Fome é um projeto extremamente raso, infantil, não pelo tema, porque é extremamente importante o combate à fome, mas não dessa forma. Em 2008, o ex-governador Jaques Wagner, por quem tenho muito apreço, trouxe um projeto da mesma forma do combate à fome, utilizando o mesmo fundo de combate à pobreza, que a médio e longo prazo iria erradicar a fome. E o que foi que foi feito? Chega agora, depois de 2008, 15 anos depois, um outro projeto de igual teor é apresentado, da mesma forma, mudando a nomenclatura de combate à pobreza. Isso é o quê? Para fazer política.

Eu não vou poder falar sobre esse projeto, eu não vou poder discutir. Senhoras e senhores, deputadas e deputados, a nossa bancada votará a favor no mérito da coisa, no mérito do programa Bahia Sem Fome, mas entendemos que é um projeto muito malfeito, mal escrito. Com uma equipe tão grande, ninguém se debruçou sobre o tema. Parece que fizeram um esboço, um rascunho e liberaram para que o trouxesse aqui para a gente votar para legalizar, uma coisa que ele estava tratando como uma gincana.

Então, dessa forma, Sr. Presidente, deputados, deputadas, eu quero essa agilidade, essa rapidez, essa velocidade nas votações, é no prêmio dos policiais.

Queria, aqui, fazer o acordo com o deputado Rosemberg, a nossa bancada com a bancada de vocês, a Bancada do Governo, que a gente fizesse o acordo para votar o projeto do Ministério Público, encaminhado pela Dr.^a Norma Angélica, nossa procuradora. Vamos votar o projeto do Ministério Público, que tem feito muito pela Bahia.

Então, façam esse acordo com o deputado Rosemberg para trazer o projeto do Ministério Público, para que a gente possa votar, já há meses aqui na Casa, há meses esclarecendo. Esse projeto é uma adequação que precisa fazer no Ministério Público.

Então, traga o projeto da nobre procuradora Norma Angélica para a Casa, para que a gente possa fazer essa votação. Tenho certeza de que a Casa também vai aclamar esse projeto por unanimidade.

E, sendo assim, terminando a discussão desse projeto, eu quero aproveitar para fazer o encaminhamento, também, a favor. O deputado Rosemberg sabe o carinho e apreço que eu tenho por V. Ex.^a. Nós divergimos em pensamento, mas é um cara a quem eu rendo minhas homenagens, aqui, como ser humano. Já tive algumas necessidades para atender algumas pessoas que nos procuram, mas ele, também, entendendo a posição que ocupa, pôde atender o cidadão da Bahia, como já fez com diversos outros.

Então, tenha certeza, deputado Rosemberg, de que a nossa discussão será sempre no nível das ideias. É claro que o calor bate, como seres humanos, mas V. Ex.^a tem um imenso respeito, meu e de nossa bancada, porque é sempre cumpridor do que tem falado. Então, vai continuar dessa forma, nossa bancada continua assim.

Vamos encaminhar o projeto também do Bahia Sem Fome para votar a favor – fazendo as ressalvas que já pontuei aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há ainda, na Mesa, algumas inscrições. Eu pergunto: nobre líder Alan Sanches, mantêm os inscritos?

O Sr. Alan Sanches: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, como encaminha o deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, da mesma maneira. Encaminhamos juntos aqui, eu e o deputado Alan, pela aprovação do projeto, esperando a unanimidade da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Só para formalidade. Em votação...

O Sr. Alan Sanches: E para esclarecer, eu quero já deixar aqui o deputado Rosemberg avisado que, atendendo a todas as solicitações e pelo entendimento do projeto – tal como o deputado Leandro de Jesus, deputado sempre aqui atuante e irreparável, que estava inscrito junto comigo, nossa solicitação –, nós estamos retirando as três inscrições dos deputados Robinho, Leandro de Jesus e Penalva, e vamos encaminhar a votação, toda a bancada, as duas bancadas, encaminhando conjuntamente

pelo mérito da questão – fazendo as ressalvas, deputado Rosemberg, que já fizemos –, mas venham preparados para o combate da votação do ICMS, porque a sessão vai ser quente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu agradeço as palavras do líder Alan e quero agradecer também à nossa Bancada do Governo, que se fez presente para que a gente pudesse votar, tanto o requerimento de urgência quanto esse projeto nesse dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O nobre deputado Leandro Jesus para encaminhar a pedido do líder.

O Sr. Leandro de Jesus: Retorno, aqui, a esta tribuna para fazer o encaminhamento do meu voto.

Obviamente, que todos nós temos de combater a fome, combater a miséria, porque só quem sente a dor da fome de um filho, só quem sente a dor da fome na família, só quem sente a dor de abrir uma geladeira e um armário e não ter nada para se alimentar é que sabe e pode entender a gravidade do que é não ter o que comer, ou acordar numa manhã sem saber como vai alimentar os seus filhos. Então, obviamente que, dentro da temática de combate à fome, nós temos de votar a favor.

Entretanto – é importante destacar e eu volto aqui a ressaltar –, eu não vejo que este projeto, da forma como foi apresentado, seja substancial para alcançar tal objetivo. Não é à toa – vale destacar aqui – que o governo que apresenta este projeto é o mesmo governo que aprofundou a miséria, a fome, aqui em nosso estado da Bahia. Então, aquele mesmo governo que promoveu todo esse desastre é que se sente, exatamente, supostamente, preparado para combater essa fome.

Infelizmente, chegamos a esta situação. Este projeto, na realidade, é o certificado de incompetência do PT aqui na Bahia. Mas, sempre e obviamente, que, mesmo desacreditando no PT, em se tratando da temática de combater a fome, eu encaminho o meu voto favorável ao projeto.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o parecer do projeto... já aprovamos o parecer no âmbito das comissões. Agora, o Projeto de Lei nº 25.084/2023, no âmbito do Plenário.

Em votação, o projeto de lei, no âmbito do Plenário.

Sr.^{as} e Srs. Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 25.084/2023**, no âmbito do Plenário, **em discussão única**. (Palmas)

PROJETO DE LEI Nº 25.084/2023

Institui o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Programa Bahia Sem Fome, com a finalidade de garantir às pessoas em situação de vulnerabilidade social o acesso a alimentos em qualidade e quantidade necessárias à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como promover a segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - Constituem princípios e diretrizes do Programa Bahia Sem Fome:

I - o fortalecimento do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em especial, com ações de cooperação federada com Municípios e a União no combate à fome;

II - a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional;

III - a estruturação de ações de estímulo e apoio à produção e distribuição de alimentos saudáveis, mediante estruturas de produção, abastecimento, distribuição e regulação desses produtos;

IV - o apoio ao funcionamento da Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, voltados à promoção do acesso à alimentação de qualidade para a população socialmente vulnerável do Estado;

V - o incentivo ao envolvimento dos diversos segmentos da sociedade civil em ações voltadas à aquisição de alimentos, insumos e equipamentos necessários ao preparo e distribuição de alimentos à população socialmente vulnerável do Estado;

VI - o incentivo à transversalidade dos processos de educação alimentar e nutricional continuada, adequada e contextualizada na Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, promovendo o consumo e hábitos alimentares saudáveis, respeitada a diversidade da cultura alimentar;

VII - o apoio e a articulação de ações visando a inclusão socioprodutiva, bem como o acesso à Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome pela população em situação de vulnerabilidade social.

VIII - o incentivo à inclusão social e transferência de renda;

IX - o apoio à garantia de acesso à água de qualidade para consumo humano, produção e abastecimento e a tecnologias hídras de captação e armazenamento;

X - o apoio ao fortalecimento e autonomia da agricultura familiar e camponesa e da agricultura dos povos e comunidades tradicionais;

XI - o incentivo à implementação de cozinhas comunitárias e solidárias, de bancos de alimentos e de restaurantes populares;

XII - a implementação e gestão de alimentação escolar e de aquisição de alimentos, observada a legislação específica;

XIII - o incentivo à implementação de tecnologias sociais de produção de alimentos saudáveis e reaproveitamento de alimentos;

XIV - o incentivo à instituição de processos permanentes de educação ambiental, alimentar e nutricional;

XV - o incentivo à avaliação nutricional e à produção de fórmulas nutricionais e alimentares;

XVI - o fomento à agroecologia e produção orgânica;

XVII - o incentivo à implementação de agricultura e hortas urbanas e periurbanas;

XVIII - o fomento à economia solidária e ao empreendedorismo;

XIX - o incentivo à implementação de tecnologias de saneamento rural;

XX - o apoio a bancos de sementes e a agrobiodiversidade local;

XXI - o incentivo à promoção de campanhas de arrecadação de alimentos para doação simultânea e abastecimento popular.

§ 1º - As ações do Programa Bahia Sem Fome obedecerão aos princípios e às diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

§ 2º - Os editais e as chamadas públicas para a implementação das ações previstas no Programa Bahia Sem Fome farão referência expressa ao referido Programa.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DO PROGRAMA BAHIA SEM FOME

Art. 3º - Constituem instrumentos do Programa Bahia Sem Fome:

I - o Plano de Gestão que estabelecerá, anualmente, os objetivos, metas e ações para cumprimento dos compromissos plurianuais e de outras ações que estruturam o Programa Bahia Sem Fome;

II - os Equipamentos Públicos Integrados aos órgãos e entidades do Estado, que contribuam para a produção e distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional;

III - os Equipamentos e Unidades Sociais Produtores e Doadores de Alimentos, correspondentes às instituições ou grupos da sociedade civil cadastrados com o objetivo social de produção e distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional;

IV - as Unidades Gerenciadoras, correspondentes às organizações da sociedade civil que disponham de estrutura e de capacidade técnica e gerencial para capacitação, credenciamento, gestão, execução e monitoramento de Equipamentos e Unidades Sociais Produtores e Doadores de Alimentos;

V - os produtores e distribuidores voluntários de refeição, correspondentes aos grupos, coletivos e pessoas físicas que produzem e distribuem alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Art. 4º - O Plano de Gestão do Programa Bahia Sem Fome contemplará, entre outras, as seguintes ações:

I - ações de governo, ações orçamentárias de custo específico e de custo inespecífico referentes às diretrizes do Programa Bahia Sem Fome dispostas no art. 2º desta Lei;

II - ações não orçamentárias pactuadas com outras esferas de Governo, o setor privado, as organizações e pessoas físicas da sociedade civil voltadas para o cumprimento dos objetivos do Programa Bahia Sem Fome, cuja execução não depende de recursos orçamentários do Estado.

Parágrafo único - A classificação de ações governamentais, ações orçamentárias de custo específico e de custo não específico inespecífico, bem como de ações não governamentais observará a conceituação própria do Poder Executivo Estadual.

Art. 5º - A gestão do Programa Bahia Sem Fome, contará com uma Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, instrumento de gestão para articulação e a promoção da transversalidade de ações destinadas à efetivação do Programa.

§ 1º - A Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome será constituída pela integração e articulação de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, designados pelo Governador, bem como pela adesão de órgãos por entidades públicas municipais, organizações da sociedade civil, setor produtivo e pessoas físicas produtoras e distribuidoras voluntárias de refeições.

§ 2º - Os órgãos e entidades do setor público, as organizações e pessoas físicas da sociedade civil de que trata o § 1º deste artigo disponibilizarão, conforme pactuação específica, espaços físicos estruturados e equipados para desenvolver atividades de produção, distribuição, doação de alimentos e serviços de alimentação, economia solidária, inclusão socioprodutiva, fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária e educação alimentar e nutricional.

§ 3º - A participação dos órgãos e entidades municipais e das organizações e pessoas físicas do setor privado na Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome do se dará por meio da assinatura de Termo de Adesão ou outros instrumentos conforme previstos em Regulamento.

Art. 6º - A Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome terá os seguintes objetivos:

I - articular políticas públicas que garantam o acesso dos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional aos serviços prestados pelos Equipamentos Públicos Integrados e pelas organizações da sociedade civil, do setor produtivo e das pessoas físicas participantes das ações do Programa, conforme Regulamento;

II - articular ações que garantam o acesso dos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional à alimentação saudável;

III - promover ações de estímulo à produção para autoconsumo, coleta, armazenamento, preparo e distribuição de alimentos saudáveis e insumos para a população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional;

IV - fomentar a produção comunitária para o autoconsumo, bem como o acesso, a oferta e a disponibilidade de alimentos saudáveis;

V - dinamizar a oferta de alimentos saudáveis, fortalecendo mecanismos efetivos de abastecimento alimentar, incentivando, especialmente, a autonomia da agricultura familiar com estruturação e desenvolvimento de sistemas de base agroecológica de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

VI - mobilizar os setores públicos e privados para o enfrentamento da fome, estimulando a convergência de esforços por meio da celebração acordos específicos, priorizando-se o Pacto para Enfrentamento da Fome, da Desnutrição e da Promoção da Alimentação Saudável.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º - No âmbito do Programa Bahia Sem Fome, compete:

I - à Casa Civil, por meio da Coordenação Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome:

a) planejar, articular, coordenar, monitorar e avaliar as ações do Programa Bahia Sem Fome, em articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;

b) acompanhar e articular ações de mobilização, capacitação para os gestores, equipes técnicas estaduais, bem como das equipes municipais, das organizações da sociedade civil e pessoas físicas atuantes no Programa acerca da temática de combate à fome, da segurança alimentar e do direito humano à alimentação adequada e saudável, das boas práticas de produção e manipulação de alimentos, da promoção de hábitos alimentares saudáveis, dentre outros temas que fortaleçam o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

c) propor articulação com outros colegiados da mesma natureza, órgãos e entidades estaduais, municipais, distritais e federais com a finalidade de colaboração mútua na implementação de políticas públicas de combate à fome, com vistas a garantir o aperfeiçoamento no compartilhamento de informações;

d) coordenar a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome;

e) apoiar a estruturação de entidades que integram a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome devidamente cadastradas;

f) acompanhar e apoiar a busca ativa da população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional;

g) articular o acesso da população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional aos Equipamentos Públicos Integrados existentes, bem como aos programas sociais vigentes, na forma da legislação específica;

h) exercer atribuições correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento das ações do Programa Bahia Sem Fome;

II - aos órgãos e entidades públicas participantes do Programa Bahia Sem Fome, de acordo com suas competências e conforme ato do Governador, entre outras ações, competem:

a) compor a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome;

b) elebrar convênios, contratos, acordos e outros instrumentos congêneres, para a execução de ações sob sua competência, observada a legislação específica;

c) monitorar, fiscalizar e avaliar a execução e o resultado das ações implementadas;

d) promover e viabilizar as ações de busca ativa da população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional;

e) fomentar a distribuição de cestas alimentares e de cartão-alimentação a pessoas em situação de insegurança alimentar, na forma e condições estabelecidas em Regulamento;

f) apoiar ou promover a estruturação e logística dos Equipamentos Públicos Integrados, da assistência social, da educação, da saúde, da agricultura familiar e da economia solidária, dentre outros;

g) incentivar a elaboração de estudos e diagnósticos de mapeamento da fome no Estado, fornecendo dados e evidências científicas atualizados para subsidiar a definição do público a ser assistido pelo Programa Bahia Sem Fome, bem como a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas destinadas à erradicação da miséria, à redução da pobreza e ao combate à fome no Estado;

h) fomentar estudos e pesquisas visando colaborar para o diagnóstico a respeito das causas estruturais da fome, com apontamento de soluções para sua redução, observadas as especificidades dos territórios e da população.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - O controle social referente ao acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Bahia Sem Fome será realizado, entre outros, pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA-BA, órgão integrante do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, nos termos do Decreto nº 8.524, de 14 de maio de 2003.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a realizar campanhas de arrecadação de alimentos para acesso em eventos e equipamentos culturais, turísticos e esportivos, objetivando a sua distribuição às pessoas beneficiária do Programa Bahia Sem Fome, na forma desta Lei.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a destinar recursos para transferência de valores à população socialmente vulnerável do Estado, observada a legislação pertinente, em especial os critérios definidos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, na forma e condições estabelecidas em Regulamento.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a receber doações de alimentos, insumos, valores e produtos, a serem destinados ao Combate à Fome no Estado da Bahia.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir o “Selo Social Bahia Sem Fome” para premiar, na forma e condições estabelecidas em Regulamento, agentes públicos e privados da sociedade civil organizada, pessoas físicas, e empresas nacionais e internacionais que promovam ações para o combate à fome e a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequada e saudável.

Art. 13 - O Programa Bahia Sem Fome será executado com recursos financeiros do Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza - FUNCEP, bem como de outras fontes, em conformidade com a legislação pertinente.

Art. 14 - A Lei nº 11.046, de 20 de maio de 2008, passa vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

“Art. 3º -

.....
VII - programas e ações contínuos de combate à fome e garantia da segurança alimentar e nutricional previstos no Plano Plurianual - PPA, tais como distribuição de refeições, alimentos, água, leite, sementes, mudas de palmas, de mandioca, fruteiras, plantas nativas e essências, alevinos, *kits* de equipamentos para pesca, embarcações para pescadores artesanais, de reprodutores e matrizes de caprinos e ovinos, máquinas forrageiras, de cisternas e outras tecnologias hídricas de captação e armazenamento de água de chuva para consumo humano e produção e de equipamentos produtivos.” (NR)

“Art. 7º -

.....
XIII - o combate à fome, entre outros, com a garantia do atendimento suplementar e emergencial a indivíduos ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional.” (NR)

“Art. 8º -

§ 1º -

.....
IV - prever ações de caráter emergencial para o combate à fome e situações de risco à segurança alimentar e nutricional.

.....” (NR)

“Art. 19 -

.....
IV - propor a formulação de diretrizes e políticas públicas e de projetos e ações de combate à fome, a partir das proposições emanadas das instâncias de participação social;

V- promover e apoiar a realização de estudos, debates e pesquisas nas áreas do direito humano à alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional;

VI - apresentar propostas de edição e de alteração de atos legislativos e normativos, bem como a criação de protocolos de atuação governamental relativos à temática da segurança alimentar e nutricional;

VII- fixar metas e prioridades dos programas que visam garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável e a segurança alimentar e nutricional;

VIII - elaborar estratégias de acompanhamento e de avaliação das políticas públicas relacionadas ao direito humano à alimentação adequada e saudável e à segurança alimentar e nutricional.” (NR)

“Art. 21 - O Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional será integrado por Secretários de Estado responsáveis pelas Pastas correlatas à consecução da segurança alimentar e nutricional, bem como pelo Coordenador Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome, e será presidido pelo(a) Secretário(a) da Casa Civil.

Parágrafo único - A participação como membro do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.”
(NR)

“Art. 22-A - O Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional contará com uma Secretaria Executiva, unidade de apoio administrativo e técnico ao Plenário, com a finalidade de apoiar, instrumentalizar e acompanhar o desenvolvimento das suas deliberações, nos termos definidos em normas complementares.”
(NR)

“Art. 22-B - O Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional poderá convidar representantes de órgãos e entidades da Administração Pública das esferas federal, estadual e municipal, de organizações da sociedade civil, organismos internacionais, bem como especialistas em assuntos relacionados à sua área de atuação, cuja presença nas reuniões se considere necessária ao desenvolvimento de suas atividades.” (NR)

Art. 15 - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder às modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 16 - O Poder Executivo Estadual regulamentará o disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Rosemberg Pinto: Por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por unanimidade. Vale registrar que a Oposição e a Situação votaram a favor de um projeto de interesse do povo da Bahia.

Muito obrigado, senhoras e senhores, Srs. Líderes, pela condução da assembleia. E, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Ivana Bastos, Laerte do Vando, Marcinho Oliveira, Nelson Leal e Niltinho (10).